SANEAR

ANO XV
N.45

A REVISTA DO SANEAMENTO

A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA ALCANÇAR A UNIVERSALIZAÇÃO NO BRASIL

O processo das PPPs das companhias estaduais de saneamento tem alcançado excelentes resultados em prol da universalização. Confira nossa reportagem, com participação especial do presidente da Embasa, Leonardo Góes

Entrevista: Leonardo Picciani, secretário nacional de Saneamento, fala sobre o cenário do país e a relevância do setor público

Seminário Nacional Aesbe 39 Anos, de 29 de novembro a 1º de dezembro: vem aí uma edição cheia de novidades

Nova gestão da Aesbe: fortalecendo serviços para alcançar metas do Marco Legal do Saneamento

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

Já conferiu a Série Universalizar, idealizada pela Aesbe?

A Série Universalizar é uma biblioteca virtual repleta de publicações segmentadas, que incluem: **Artigos, Documentos, Estudos, Notas Técnicas e Pareceres.**

As publicações fornecem conhecimento especializado e direcionamentos práticos que podem ser utilizados pelos gestores, técnicos, consultores, pesquisadores e colaboradores do setor.

Convidamos todos os interessados no setor de saneamento e na universalização dos serviços a conferir e explorar estas publicações, com o objetivo de construir um futuro com saneamento de qualidade e acessível a todos!

Confira todas as publicações no QRcode

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

Um novo biênio para o trabalho continuar rumo à universalização do saneamento

Neste ano, fui reconduzido à Presidência da Aesbe para continuar o trabalho por mais dois anos. Este é um momento para refletirmos sobre o trabalho desenvolvido pela associação no último biênio e traçarmos planos para o futuro.

Prestes a completar 39 anos, a Aesbe tem se fortalecido no cenário nacional, o que é motivo de orgulho para todos que compõem a associação. Ao todo, representamos mais de dois mil municípios brasileiros e contamos com a participação de 24 empresas. Nos últimos anos, vivemos momentos desafiadores e de muito trabalho de toda a Diretoria, das Câmaras Técnicas e dos colaboradores da Aesbe. Sem dúvidas, a união das Companhias de Saneamento foi a chave para superarmos, de mãos dadas, uma série de dificuldades. Reafirmamos o papel desta associação expresso na frase "Universalizar é nossa missão".

A Aesbe tem trabalhado junto ao Poder Público para impulsionar políticas públicas que promovam uma maior eficiência e aprimoramento das empresas estaduais, e que, ao mesmo tempo, estimulem a universalização dos serviços de saneamento. O trabalho desenvolvido tem compromisso sólido com o progresso e o bem-estar de toda a população, para que tenha acesso a condições dignas de saneamento.

No atual Governo Federal, a Aesbe teve papel determinante na representação dos anseios das Companhias e da população. Boa parte das proposições apresentadas pela entidade foi acatada e inserida nos decretos 11.466/23 e 11.467/23, publicados pelo Governo Federal em abril de 2023. Mesmo que tenham sido publicados outros decretos posteriormente, isto demonstra o protagonismo da Aesbe.

Também nos aproximamos dos nossos parlamentares. Nos últimos meses, nos reunimos com uma série de deputados federais e senadores para tratar sobre assuntos importantes e urgentes para o setor, como, por exemplo, os impactos da Reforma Tributária no saneamento. Juntos, estamos trilhando um caminho em direção a um futuro mais sustentável para todos.

Ainda nos trabalhos desenvolvidos, no Biênio 2021-2023, é possível pontuar a realização da Série Universalizar. Uma coleção de publicações feitas pela Aesbe, que reafirma seu compromisso com a promoção de avanços significativos no setor de saneamento básico.

A Aesbe também se fortaleceu através da cooperação com outros entes, sendo eles: ABES, Abar, PPP Connect, Finatech, Fundação de Sociologia e Política do Estado de São Paulo (FESPSP) e Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (Asfamas).

Ressaltamos, ainda, a criação de duas novas Câmaras Técnicas, que contribuem para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas companhias. Foram elas: a Câmara Técnica de Ouvidoria e a Câmara Técnica de Inovação – pois "Inovar para Universalizar" é um pressuposto da Aesbe.

Também merece destaque a realização de eventos, dentre eles: Seminário Nacional da Aesbe "Saneamento na Pauta dos Presidenciáveis", o II Seminário Nacional de Práticas Comerciais, o I Encontro Nacional dos Ouvidores de Saneamento e o Fórum Internacional "Os Novos Cenários para as Empresas Públicas de Saneamento". Além disso, a Aesbe esteve presente nos principais eventos do setor de saneamento e realizou diversos cursos e webinares, sempre focados nas melhorias para o setor.

Enfim, diante de tanto trabalho, produzido em conjunto, gostaria de expressar minha profunda gratidão pela confiança depositada em minha gestão. Este momento é de extrema importância na condução do setor, marcando uma oportunidade valiosa para refletirmos sobre a maneira pela qual podemos ampliar e elevar o nível das operações e serviços prestados pelas nossas associadas.

Reconhecemos que os desafios no âmbito público frequentemente se mostram mais complexos do que no setor privado. No entanto, essas dificuldades não devem servir como barreiras intransponíveis para a realização de nosso objetivo, que é superar os obstáculos que se apresentam em nosso caminho e garantir a universalização dos serviços dentro do prazo estipulado, que é 2033. E falando em universalizar, a Aesbe publicou um estudo com recomendações às companhias associadas acerca da atuação recomendada para estabelecer uma área de saneamento rural nas estruturas organizacionais e de como conduzir iniciativas, entre outros

Neste novo biênio, que se iniciou em julho e segue até 2025, iremos trabalhar para fortalecer ainda mais o protagonismo da Aesbe no cenário do saneamento, assumindo com determinação a responsabilidade de impulsionar o progresso e enfrentar os obstáculos que se delineiam no horizonte do setor nos próximos anos.

Teremos como foco um trabalho colaborativo, focado em construir um futuro sustentável para o setor de saneamento no Brasil. Buscaremos uma relação sustentável, através de parcerias público-público e público-privadas, as PPPS, que historicamente já fazem parte das agendas das nossas associadas – principalmente desde a Lei nº 11.445 de 2007, unindo esforços para a universalização e, principalmente, na prestação de um serviço de excelência do Caburaí ao Chuí.

Agradeço a cada um dos participantes da Aesbe, aos diretores que estiveram no biênio 2021/2023: James Serrador, ex-vice-presidente da Regional Norte e presidente da Caer/Roraima, que agora faz parte do Conselho Fiscal da Aesbe; Claudio Stabile, ex-vice-presidente da Regional Sul e presidente da Sanepar/Paraná; e Armando do Vale, ex-conselheiro fiscal da Aesbe e presidente da Cosama/Amazonas.

Saúdo os novos integrantes da Diretoria: José Fernando Gomes Júnior, vice-presidente Regional Norte; e Marcos Aurélio Freitas, presidente da Caema, novo conselheiro fiscal. E cumprimento àqueles que continuam na missão: o vice-presidente da Aesbe, Ricardo Soavinski, que também representa a região Centro-Oeste; Roberto Sergio Linhares, vice-presidente Regional Nordeste I; Luciano Góis, vice-presidente Regional Nordeste II; Munir Abud, vice-presidente Regional Sudeste; e Cleverson Brancalhão da Silva, presidente da Caerd, que continua na missão de integrar o Conselho Fiscal.

Destaco que teremos um biênio de muito trabalho e principalmente focado em uma grande missão: levar saneamento e dignidade a toda a população brasileira.

Neuri Freitas,
diretor-presidente da Aesbe

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial:
Rhayana Araújo

Projeto Editorial e Gráfico, Design:
Foco 21 Comunicação

Redação:
Rhayana Araújo, Michelle Khar Sidy Dioum e Foco 21 Comunicação

Revisão:
Rhayana Araújo e Foco 21 Comunicação

Capa:
Adobe Stock

Imagens:
Arquivo Aesbe, Arquivo Caer, Arquivo Caerd, Arquivo Caern, Arquivo Caesb, Arquivo Cagece, Arquivo Casan, Arquivo Deso, Arquivo Embasa, Arquivo Saneago, Arquivo Sanesul

Impressão:
Gráfica Athalaia

Tiragem:
10.000 exemplares.

Diretor-Presidente:
Neuri Freitas (Cagece/CE).

Diretores-Vice-Presidentes Regionais:
José Fernando Gomes Júnior (Cosanpa/PA), Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN), Luciano Gois Paul (Deso/SE), Ricardo Soavinski (Saneago/GO) e Munir Abud (Cesan/ES).
Conselho Fiscal: Cleverson Brancalhão da Silva (Caerd/RO), Marcos Aurélio Freitas (Caema/MA), James da Silva Serrador (Caer/RR).

Equipe Aesbe:
Sergio Antonio Gonçalves - secretário Executivo da Aesbe; Antonio Costa de Lima Junior - assessor Jurídico; Rhayana Ferreira Araújo – gerente de Comunicação; Marcos Monteiro de Oliveira – Informática; Lisiene Goulart de Souza – Secretaria; Michelle Khar Sidy Dioum – estagiária de Comunicação; Patrícia Tavares – estagiária de Comunicação; Júlia Rodrigues – estagiária Jurídica; Maria da Cruz Campos Matos de Souza – Serviços Gerais.

SUMÁRIO

16 REPORTAGEM DE CAPA

Com pioneirismo da Embasa, Parcerias Público-Privadas são modelos exitosos adotados pelas companhias estaduais para alcançar a universalização do saneamento no Brasil

6 AESBE EM AÇÃO

26 ESPAÇO CÂMARA TÉCNICAS
Câmara Técnica Jurídica da Aesbe analisa a importância do Tema 565

10 ENTREVISTA
Leonardo Picciani, secretário nacional de Saneamento

22 ESPECIAL
MBA em PPPs e Concessões da FESPSP prepara companhias de saneamento para novas metas

25 ESPECIAL
Aesbe comemora 39 anos com tradicional Seminário Nacional, em Brasília

37 EVENTOS
Setor de Saneamento tem agenda intensa de eventos

39 ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

54 CURIOSIDADES
A ameaça invisível dos microplásticos e a importante atuação das companhias estaduais de saneamento no combate a este poluente moderno

56 OPINIÃO
O Novo PAC Saneamento: uma possível resposta à necessidade de investimentos no setor

Nova gestão está empenhada em fortalecer serviços para alcançar metas do Marco Legal do Saneamento

Biênio 2023/2025 será dedicado ao suporte às empresas de saneamento do país para chegarmos mais próximos da universalização.

AESBE EM AÇÃO

A nova gestão da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) quer fazer jus ao lema da entidade: "universalizar é nossa missão". A presidência nacional, as diretorias regionais e o Conselho Fiscal estão empenhados em fortalecer as companhias de saneamento de todo o país, a fim de atingir as metas do Marco Legal.

O vice-presidente da Aesbe, **Ricardo Soavinski**, afirma que a expectativa para o biênio 2023/2025 é criar oportunidades para que a instituição atue na captação de investimento firmes, para que os serviços "cheguem a todos, com qualidade e regularidade, sem distinção". Segundo o executivo, é papel da Aesbe dar esse suporte às empresas, garantindo a universalização "dos menores municípios e regiões mais afastadas aos grandes centros urbanos".

Soavinski também é vice-presidente regional do Centro-Oeste, que usa como exemplo para essa guinada rumo a um saneamento acessível a todos. Para ele, que é CEO da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), a região é marcada por especificidades. O cerrado é considerado o berço das águas do Brasil, com grandes aquíferos e nascentes que abastecem importantes bacias hidrográficas.

"Preservar o cerrado é um compromisso essencial para garantir a segurança hídrica de milhões de pessoas. Por isso, é importante as companhias de saneamento apoiarem os órgãos ambientais e atuarem dos mananciais até as torneiras", explica Soavinski, que ilustra com o exemplo do índice de atendimento do Centro-Oeste, com redes de água e esgotamento sanitário acima da média nacional.

O atendimento com água tratada da Saneago, em Goiás, atinge hoje 98%, com mais de 6 milhões de pessoas atendidas. Já o esgotamento sanitário saiu de 60% para 72% nos últimos quatro anos e meio, ampliando o serviço para quase um milhão de habitantes do estado.

Modelagens de execução de serviço são chave do sucesso

Soavinski atribui o salto nos índices aos avanços nas várias modelagens de execução dos serviços, incluindo as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Ele garante que parte da solução para levar saneamento a todos passa pela parceria entre o setor público e privado, bem como entre o público e o público.

"É nesta linha que precisamos continuar trabalhando para superar os desafios e trazer ainda mais melhorias e qualidade de vida para a população do Centro-Oeste e de todo o Brasil. Resultados como os que temos obtido são reflexo do árduo trabalho desenvolvido pelas empresas de saneamento, associadas da Aesbe e presentes em cada um dos estados", conclui Soavinski.

O vice-presidente regional Norte, **José Fernando Gomes Júnior**, atesta o comprometimento com o qual assume a posição na Aesbe para os próximos dois anos, citando também o momento crucial para o setor de saneamento em relação à universalização.

"Como entidade representativa dos prestadores de serviços de saneamento em nosso país, temos a responsabilidade de contribuir significativamente para a tão almejada universalização do saneamento. Estamos empenhados em colaborar com o poder público para desenvolver políticas públicas sólidas que impulsionem o aprimoramento das companhias estaduais, garantindo assim que cada cidadão brasileiro tenha acesso a serviços de saneamento básico de qualidade", ressalta.

Em busca de um Brasil sustentável

Também presidente da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), José Fernando diz que manterá uma voz forte em defesa da melhoria dos serviços de saneamento no biênio, almejando eficiência operacional e soluções inovadoras para os desafios que se avizinham.

"A universalização do saneamento é um objetivo ambicioso, mas acredito firmemente que, trabalhando em conjunto com nossos parceiros e o poder público, podemos torná-lo uma realidade. Estou confiante de que podemos avançar rumo a um Brasil mais saudável e sustentável, onde cada cidadão tenha acesso aos benefícios fundamentais do saneamento básico", afirma.

Na mesma linha, o vice-presidente regional Nordeste I, **Roberto Sérgio Ribeiro Linhares**, ressalta a pretensão de maior integração entre as companhias de saneamento, o que fortalece a própria Aesbe e o setor como um todo. "A união e a dedicação são fatores determinantes para o cumprimento de metas do Marco Legal do Saneamento e também para a construção de um futuro mais sustentável. A Associação tem exercido um papel fundamental para a prestação de um serviço de excelência em todo o país, e continuaremos nessa perspectiva", avalia o também diretor presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern).

Este ponto de vista é defendido por **Luciano Goes**, vice-presidente Regional Nordeste II, que se mostra totalmente focado na nova legislação. De acordo com ele, que também

preside a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), o objetivo de sua gestão é compartilhar ideias, soluções e trabalhar incansavelmente pela universalização. "Queremos a melhoria no abastecimento de água e esgotamento sanitário da população. É dessa forma que temos como referências o Novo Marco Regulatório para a ampliação de atendimentos, buscando alternativas que tragam melhorias para o dia a dia da sociedade", finaliza.

O vice-presidente Regional Sudeste, **Munir Abud** (presidente da Cesan/ES), também frisa o novo momento do setor. "Passamos por um período turbulento de muita discussão acerca do marco regulatório do saneamento básico, mas agora estamos em um novo momento, em que já estão definidas as regras, em que nós temos uma única missão, que é universalizar, prestar um serviço de qualidade a toda a população brasileira, ampliar suas redes, ampliar suas estações de tratamento de água, de esgoto, investir na saúde da população. Os estados da Região Sudeste, assim como todo o Brasil, vivem uma realidade e a necessidade de investimentos, de buscar recursos, de ser arrojado, porque o prazo de 2033 está chegando. Então, nos próximos dois anos, temos essa meta importante a ser batida, que é diminuir essa conta rumo à universalização."

O presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), **Marcos Aurélio Freitas**, que compõe o Conselho Fiscal da nova gestão da Aesbe, vai ao encontro da visão dos presidentes regionais. "A perspectiva é de que a Aesbe continue incentivando e apoiando pautas essenciais e importantes voltadas para a inovação e eficiência com vistas ao fortalecimento das companhias de saneamento estaduais, bem como destravando investimentos para universalização dos serviços de água e esgoto no país", completa.

Também no Conselho Fiscal e presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), **James Serrador** lembra que a nova gestão tem como principal desafio o novo cenário político, com o objetivo de adequar o desejo de universalização do governo à inserção da Aesbe neste processo.

"A Aesbe representa as companhias estaduais de saneamento, que fazem mais de 70% do atendimento ao público no país. É importante que a Aesbe esteja participando ativamente neste processo e sejamos ouvidos. Espero que a gestão da Aesbe consiga fazer ainda mais essa interlocução com o governo federal e representar os interesses das empresas estaduais, atores principais no atendimento ao público do saneamento básico", conclui.

LEONARDO PICCIANI

Entrevista: Leonardo Picciani, secretário nacional de Saneamento

Destravar investimentos públicos e privados para o saneamento no país, permitindo que quem atua no setor tenha as ferramentas necessárias para continuar prestando os serviços. Esta é uma das premissas da atuação do governo federal rumo a promover e atingir a universalização do saneamento. Em entrevista à Sanear, Leonardo Picciani, secretário nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, discorre sobre os prazos estabelecidos pelo marco legal, PPPs e importância das empresas estaduais e da Aesbe: "A Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento desempenha um papel relevante na busca pela universalização do saneamento básico no Brasil".

Leia a seguir a entrevista:

Sanear - Em sua visão, quais são os maiores desafios do setor de saneamento no Brasil e como o Governo Federal trabalhará nos próximos anos para dirimir estes entraves dentro de um setor tão complexo? E quais avanços o senhor gostaria de citar?

Leonardo Picciani - Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (SNIS), ano de referência de 2021, apesar de o Brasil possuir um índice de atendimento em torno de 93,5% para a área urbana, aproximadamente 14 milhões de pessoas ainda não possuem acesso à rede de abastecimento de água. A situação se agrava para quase 34 milhões de pessoas ao se considerar também as zonas rurais. O índice de perdas de água na distribuição no Brasil também chama atenção: 40,3%, ou seja, são cerca de 4 litros de água tratada perdidos e/ou não contabilizados para cada 10 litros produzidos.

A situação é ainda mais dramática em relação ao atendimento de esgotamento sanitário: quase metade da população total brasileira não está atendida por rede de esgoto. Segundo dados do SNIS, em 2021, apenas 55,0% dos brasileiros eram servidos por rede coletora de esgotos. Em relação à população urbana servida por rede coletora para esgotamento sanitário, o percentual de cobertura é um pouco maior e atinge 64,1%. Entretanto, a existência de rede coletora não garante que o esgoto seja corretamente tratado antes de sua disposição, já que o índice de tratamento do esgoto gerado foi de 51,2% em 2021, ou seja, somente metade dos 55% de brasileiros que possuem rede coletora de esgoto tem de fato seu esgoto tratado. Isso afeta a qualidade do corpo hídrico que o recebe. A expansão desordenada dos grandes centros urbanos agrava a coleta e o tratamento do esgoto sanitário, acrescida da quase ausência da coleta ou tratamento no meio rural brasileiro.

Neste aspecto do acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário é preciso registrar que o Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico - admite como adequadas as soluções individuais amplamente utilizadas no país, sobretudo nas áreas rurais, mas também em áreas urbanas dispersas, o que reduz os déficits apontados.

Déficits significativos também são observados nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que, em 2021, possuíam uma cobertura com a coleta de resíduos sólidos de 89,9% da população total, além de uma disposição ambientalmente inadequada de cerca de 26,6% dos resíduos coletados no país, segundo dados do SNIS.

Na drenagem urbana e manejo das águas pluviais os problemas não são menores, com déficits de infraestrutura e de instrumentos de gestão verificados em muitos municípios do país, sobretudo nos cerca de mil municípios críticos, que possuem áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Aliado a esse déficit histórico, temos a necessidade de investimentos apontada pelo Plansab, no qual se apresenta a necessidade de cerca de R$ 580 bilhões em investimentos para o cumprimento das metas estabelecidas em abastecimento de água e esgotamento sanitário (valores do Plansab atualizados pelo IGP-DI e descontados os valores investidos nesses componentes no período), em valores de 2022.

Destaca-se que a universalização do serviço de saneamento proporcionaria enormes benefícios diretos e indiretos ao país. Estudos de organizações do setor estimam que os benefícios ocasionados pela universalização alcancem mais de R$ 500 bilhões em todo o país nos próximos vinte anos em efeitos diretos no setor, sem contar aqueles oriundos da geração de emprego, pela renda e impostos ou pelos benefícios indiretos como redução dos custos com saúde, pelo aumento da produtividade, pela valorização imobiliária ou pela expansão do turismo.

No aspecto de prestação dos serviços, temos ainda 1.113 municípios cujos contratos encontram-se em situação de precariedade (quase 30 milhões de habitantes), sendo que 351 referem-se a municípios com contratos vigentes com prestadores que não tiveram a comprovação de capacidade econômico-financeira aprovada pela ANA (13,5 milhões de habitantes) e 762 referem-se a municípios com contratos precários, sejam eles não formalizados ou vencidos sem possibilidade de renovação, devido à proibição de formalizar contratos de programa (15,7 milhões de habitantes).

No que se refere à regionalização dos serviços, o marco legal do saneamento traz que a definição da prestação regionalizada por todos estados, bem como para adesão dos municípios e constituição das entidades de governança são requisitos para o acesso à recursos da União, nesse sentido, para cada uma das componentes do saneamento, temos o seguinte diagnóstico:

Abastecimento de Água e esgotamento sanitário: 20 estados com leis publicadas

- 1.081 municípios estariam impedidos de acessar recursos públicos da União por não terem publicado lei definindo estruturação da prestação regionalizada nos termos da Lei (34,8 milhões de habitantes); e
- 1.127 municípios estariam impedidos de acessar recursos públicos da União devido à ausência de adesão dos municípios à modalidade de regionalização definida (Unidade Regional ou Bloco de Referência) (36,5 milhões de habitantes)

Resíduos Sólidos: Somente 4 estados com leis publicadas

- 5.131 municípios estariam impedidos de acesso a recursos públicos da União (192 milhões hab.)

> "A Aesbe desempenha um papel relevante na busca pela universalização do saneamento básico no Brasil."

Drenagem e Manejo de Águas Pluviais: 5 estados com leis publicadas

- 4.801 municípios estariam impedidos de acesso a recursos públicos da União (182,3 milhões hab.)

Dentre os desafios, temos a necessidade de maior participação e envolvimento dos municípios na construção das propostas de regionalização na qual sejam considerados, além dos aspectos de contiguidade e compartilhamento de infraestrutura, os aspectos econômico-financeiro a fim de garantir a sustentabilidade e regularidade na prestação dos serviços de forma a atingir as metas de universalização propostas até 2033.

Importante, ainda, é a participação das agências reguladoras infranacionais na verificação das condições contratuais bem com na verificação das capacidades econômico-financeiras dos prestadores de serviço a fim de promover a segurança jurídica dos contratos e o cumprimento das metas estabelecidas. Outro passo importante diz respeito à elaboração das normas de referência, uma vez que as mesmas deverão propor regras e parâmetros para maior eficiência e qualidade dos serviços.

Ainda, outros obstáculos se apresentam no caminho até a universali-

zação, visto que as componentes do saneamento básico se encontram em estágios diferenciados de desenvolvimento e estruturação.

Com relação aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, observa-se um nível maior de desenvolvimento frente aos serviços de manejo de resíduos sólidos e aos serviços de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais, sendo necessário nesses casos, a aplicação de altos investimentos para ampliar a cobertura dos serviços, bem como apoiar ações para instituição dos mecanismos de cobrança que garantam a sustentabilidade desses serviços.

Sanear- Qual sua avaliação sobre o Marco Regulatório do Saneamento, com os ajustes propostos pelo Governo Federal?

Picciani - O esforço na revisão dos Decretos decorreu da necessidade de não interromper o acesso à população, bem como ampliar os investimentos do setor público para que as metas de universalização sejam alcançadas até 2033.

A Lei nº 14.026, de 2020, que estabeleceu o Novo Marco do Saneamento Básico, representou um avanço para o setor e contribuiu para significativa ampliação dos investimentos privados em saneamento. No entanto, avaliou-se que os seus decretos regulamentadores, nº 10.588/2020 e nº 10.710/2020, precisavam ser aperfeiçoados, tendo em vista que, passados pouco mais de dois anos, ainda persistiam incertezas que prejudicam o efetivo cumprimento do marco legal.

As incertezas envolvem diferentes frentes de atuação, tanto do setor público quanto do privado, as quais destacam-se: os processos de regionalização dos serviços, as regras para contratação de parcerias público-privadas pelas companhias estaduais de saneamento, as regras para transição para os contratos considerados irregulares ou precários, a comprovação da capacidade econômico-financeira, dentre outras, sempre com implicações diretas sobre as novas condicionantes estabelecidas pela Lei para acesso a recursos da União pelos titulares e prestadores de serviços.

O objetivo da revisão dos Decretos é, portanto, destravar investimentos públicos e privados para o setor de saneamento no país, permitindo que quem atua no setor tenha as ferramentas necessárias para continuar prestando os serviços com vistas a atingir a universalização do saneamento.

> "As empresas públicas, na visão desta Secretaria, são relevantes para a universalização do acesso aos serviços em locais em que a viabilidade econômico-financeira não se é obtida nem com determinados arranjos."

Cumpre esclarecer que os decretos recém-publicados mantêm todos os objetivos do Marco Legal vigentes, destacando a prestação regionalizada dos serviços, as metas de universalização, a segurança regulatória, o fim dos contratos de programa, a sustentabilidade econômico-financeira voltados para o atendimento das metas de universalização.

Sanear - Os prazos definidos pelo Marco (até 2033) são realistas?

Picciani - Considerando os indicadores do SNIS (2021), que são 84,2% da população atendida com abastecimento de água e 55,8% com coleta de esgoto, dos quais apenas 80,8% do esgoto coletado é tratado, e considerando, ainda, que a definição dos modelos de prestação regionalizada dos serviços e o tempo de estruturação dos projetos de modelagens para concessão dos serviços levam um tempo considerável a serem concluídos, destacamos que o prazo de 2033 pode ser cumprido, mas não em todas as situações.

Dessa forma, a Lei nº 11.445/2007 em seu § 9º do art. 11-A, prevê a possibilidade de prorrogação desse prazo até 2040, quando os estudos apontarem pela inviabilidade econômico-financeira para cumprimento do prazo de 2033 para universalização.

> *§ 9º Quando os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização na data referida no caput deste artigo, mesmo após o agrupamento de Municípios de diferentes portes, fica permitida a dilação do prazo, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 e haja anuência prévia da agência reguladora, que, em sua análise, deverá observar o princípio da modicidade tarifária.*

Sanear - Como o senhor vê a atuação das empresas públicas de saneamento na missão de alcançar a universalização?

Picciani - As empresas públicas, na visão desta Secretaria, são relevantes

para a universalização do acesso aos serviços em locais em que a viabilidade econômico-financeira não se é obtida nem com determinados arranjos. Por este motivo trabalhamos para conseguir com que atuassem regularmente a partir da publicação dos Decretos em abril deste ano, conforme as regras do novo marco legal do saneamento. A revisão dos Decretos também possibilitou esclarecer os limites para a contratação de serviços por meio de subdelegações e de PPP, admitindo-se que as PPPs não se enquadram no limite de 25% de subdelegação previsto no art. 11-A da Lei nº 11.445/2007. Espera-se que, com o destravamento do limite, os estudos e valores de investimentos sejam ampliados, uma vez que se encontravam travados devido à interpretação deste limite.

Sanear - O governo federal vem investindo nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) para estimular investimentos em infraestrutura por todo o país. Quais os benefícios das PPPs para a solução dos problemas de saneamento no país?

Picciani - As parcerias público-privadas (PPP) no âmbito da administração pública, são contratos administrativos de concessão entendidos como um instrumento jurídico de delegação da efetivação de uma competência do Poder Público.

Ou seja, as PPPs são instrumento de contratação da iniciativa privada utilizado pela Administração Pública direta e indireta para que ela cumpra as finalidades a que se destina, como no caso das empresas estatais. Todavia, as empresas estatais, mesmo com a contratação de PPPs, permanecem como responsáveis pela prestação da integralidade dos serviços públicos de saneamento básico perante o titular dos serviços e perante os usuários e entidade reguladora.

Assim, a parceria entre os setores público e privado torna-se mais uma opção para ampliação dos investimentos e, consequentemente, da cobertura dos serviços ofertados à população.

Sanear - Poderia comentar sobre a atuação da Aesbe como entidade representativa da maior parte dos prestadores estaduais de saneamento?

Picciani - A Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento) desempenha um papel relevante no contexto da universalização do acesso ao saneamento básico no Brasil. Como entidade representativa da maior parte dos prestadores estaduais de saneamento, a Aesbe pode contribuir de várias maneiras:

Representação e Articulação Política: A Aesbe atua como porta-voz e defensora dos interesses das empresas estaduais de saneamento. Ela pode articular esforços para sensibilizar os governos estaduais e federais sobre a importância do saneamento básico e a necessidade de investimentos e políticas adequadas para alcançar a universalização. Ao unir forças, as empresas estaduais têm uma voz mais forte e podem influenciar a formulação de políticas e programas relacionados ao saneamento.

Compartilhamento de Experiências e Melhores Práticas: A Aesbe permite o intercâmbio de conhecimentos entre as empresas estaduais de saneamento. Ela pode promover a troca de experiências e melhores práticas, permitindo que as empresas aprendam umas com as outras e implementem abordagens mais eficientes e inovadoras. Essa colaboração contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para o avanço do setor como um todo.

Capacitação e Desenvolvimento Institucional: A Aesbe pode oferecer programas de capacitação e treinamento para os profissionais das empresas estaduais de saneamento. Isso ajuda a promover o desenvolvimento institucional, fortalecendo as habilidades técnicas e gerenciais dos funcionários. Uma força de trabalho qualificada e bem preparada é fundamental para enfrentar os desafios da universalização do acesso ao saneamento.

Articulação com Outros Atores: A Aesbe também pode estabelecer parcerias e promover a articulação com outros atores relevantes, como organizações da sociedade civil, setor privado, instituições acadêmicas e agências governamentais. Essa colaboração é essencial para buscar soluções conjuntas, mobilizar recursos e promover ações coordenadas em prol da universalização do saneamento.

Influência na Formulação de Políticas: A Aesbe tem a oportunidade de participar de discussões e consultas públicas sobre políticas relacionadas ao saneamento básico. Por meio de análises técnicas, posicionamentos e recomendações embasadas em sua experiência prática, a associação pode contribuir para a formulação de políticas mais eficazes e adequadas à realidade das empresas estaduais e das comunidades atendidas.

Em resumo, a Aesbe desempenha um papel relevante na busca pela universalização do acesso ao saneamento básico. Por meio da representação, compartilhamento de conhecimentos, capacitação, articulação com outros atores e influência na formulação de políticas, a associação fortalece as empresas estaduais de saneamento, fomenta a colaboração e contribui para a promoção do acesso universal aos serviços de saneamento básico no Brasil.

A Unipar faz a química acontecer!

Fundada em 1969, a Unipar é líder na produção de Cloro e Soda e a segunda maior produtora de PVC na América do Sul. Somos uma empresa de origem brasileira com cerca de 1.400 colaboradores, atuando no fornecimento de matérias-primas básicas e essenciais para diversos segmentos, dentre eles, o SANEAMENTO BÁSICO.

Um dos objetivos da Companhia é ser referência em saneamento, e hoje, praticamente um terço da produção já está direcionado ao setor. Investimos na ampliação de capacidade produtiva e na inovação tecnológica dos processos para sermos confiáveis nas nossas relações e assegurarmos o fornecimento de produtos com alto padrão de qualidade.

Na diretriz de sustentabilidade, o desenvolvimento humano está entre os destaques. Com investimentos em projetos de educação, cultura, esportes e ações sociais, queremos acelerar o acesso à água limpa e o cumprimento das metas de universalização do saneamento, impactando positivamente o número de pessoas atendidas com ações diretas da Unipar.

@grupounipar
unipar.com

Unipar

Com pioneirismo da Embasa, Parcerias Público-Privadas são modelos exitosos adotados pelas companhias estaduais para alcançar a universalização do saneamento no Brasil

O processo das Parcerias Público-Privadas (PPPs) das companhias estaduais de saneamento tem alcançado excelentes resultados em prol da universalização. O primeiro modelo foi adotado em 2006, pela Embasa, na Bahia, e demonstra ser um exemplo promissor para garantir que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de saneamento de qualidade. A adoção das PPPs mostra que, apesar do longo caminho a percorrer para universalizar o acesso ao saneamento básico, elas podem ser uma ferramenta importante para acelerar esse processo

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) desempenham um papel fundamental no setor de saneamento ambiental no Brasil, contribuindo de maneira significativa para o objetivo de alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto no país. A universalização, nesse contexto, significa garantir que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de saneamento de qualidade, o que é um direito básico e essencial para a qualidade de vida e saúde da população. Algumas das razões pelas quais as PPPs são importantes para atingir a universalização no setor de saneamento no Brasil envolvem mais eficiência na gestão dos projetos, investimentos em inovação tecnológica, transferência de riscos entre o setor público e privado, geração de empregos e desenvolvimento econômico.

Modelo de pioneirismo na Bahia

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), empresa pública de saneamento da Bahia, é uma das pioneiras no Brasil na adoção de PPPs para a provisão de serviços de água e esgoto.

Na busca da universalização, muitas empresas estão atuando para formar as parcerias público-privadas visando atender aos serviços de saneamento dos seus Estados. Esse é o caso da Embasa, que não somente considera importante a realização das PPPs, mas destaca que elas são instrumentos fundamentais para o País chegar à universalização. Segundo Leonardo Góes, presidente da companhia, a nova legislação de saneamento, de julho de 2020, trouxe como principal desafio a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033, sendo 99% e 90% de níveis de atendimento dos serviços, respectivamente. Isso implica uma enorme pressão por antecipação de investimento em todo o país em um intervalo de apenas 13 anos. Ao mesmo tempo, conforme ele afirma, a capacidade de geração de caixa, de captação de recursos e de execução de projetos e obras da maioria das empresas de saneamento do país não é suficiente para responder de forma adequada a esse desafio. “Diante desse cenário, torna-se imperioso fazer uso de formas alternativas de financiamento para universalização no prazo estabelecido. Daí as PPPs surgem como instrumentos contratuais fundamentais para o alcance dos níveis de atendimento estabelecidos por

Leonardo Góes, Presidente da Embasa

possibilitarem a antecipação de Capex associado com ganhos de eficiência operacional e amortização alongada dos investimentos realizados", destaca.

A experiência da Embasa nesse processo vem desde 2006, período ao qual possui um contrato ativo de PPP: o Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe (SDO Jaguaribe) que, por sinal, foi a primeira PPP em saneamento do Brasil. Esta PPP, com vigência até o ano de 2026, foi estruturada para ter como escopo a construção e a operação de um novo emissário submarino de grande porte na cidade de Salvador, uma vez que houve o atingimento da capacidade nominal do primeiro emissário submarino da cidade", informa Goés.

Concebida para beneficiar, na primeira etapa, mais de 1,1 milhão de habitantes, dando destinação adequada aos esgotos domésticos coletados na zona norte e central de Salvador, a PPP beneficiará também o município de Lauro de Freitas, na região metropolitana. "Considero o resultado líquido desse contrato como exitoso, pois possibilitou ao município de Salvador alcançar aceleradamente 85% de cobertura, tratamento pleno e destinação adequada de esgoto, muito embora deva reconhecer que as configurações contratuais da época de estruturação dessa PPP não refletem uma alocação de risco eficiente em comparação com os contratos atuais", explica o presidente da Embasa.

Desafios e soma de experiências

O desenvolvimento das parcerias público-privadas no setor de saneamento também envolve desafios para alinhamento dos trâmites necessários para consolidá-las. No caso da Embasa, Leonardo Góes lembra que os primeiros desafios foram representados pela definição do escopo, da área de abrangência do projeto e das premissas que orientam o processo de decisão da companhia, além do alinhamento com o acionista majoritário, é claro.

Após esses desafios iniciais, o executivo informa que as coisas vão ganhando espaço e profundidade, pois envolvem a comunicação e a interlocução com agendas institucionais e de pessoas: poder concedente, órgãos de controle externo, empregados, outros colaboradores, fornecedores e clientes – estes últimos literalmente sintetizam a licença social da companhia para operar os sistemas. "A partir daí, vem o último filtro de consolidação de uma PPP: a mobilização para despertar o interesse do mercado no projeto", ressalta.

Do ponto de vista técnico, Goés complementa que têm-se a elaboração do diagnóstico das condições operacionais existentes, as considerações de aspectos de impacto socioambiental e a definição da demanda (população alcançada e nível de serviço ofertado) que governam o nível de investimento e, consequentemente, a contraprestação requerida. Quanto aos demais trâmites político-administrativos, ele ressalta que o estado da Bahia vem a cada ano aprimorando os mecanismos de governança relacionados à estruturação de PPPs e concessões. "Neste âmbito, me sinto confortável para afirmar que não há pontos de estrangulamento nos trâmites de projetos de parceria. A Bahia é o estado que melhor trata o parceiro privado", avalia.

Atuar dentro deste modelo é muito importante para a Embasa, empresa que opera serviços de saneamento básico em 368 dos 417 municípios da Bahia, um estado com escala geográfica muito parecida com a França e população atendida equivalente a Portugal, porém sem a mesma densidade populacional e mesma renda – o que já demonstra as limitações para enfrentar os desafios de universalização. Com base nesse escopo, Leonardo Góes cita que o nível de atendimento em abastecimento de água em sua área de atuação está praticamente equacionado. "Por outro lado, em esgotamento sanitário, temos somente 52% de aten-

dimento, restando ainda comprometidos 38% para universalização. Como consequência, para cobrir esse hiato de atendimento de esgotamento, serão necessários mais de R$ 20 bilhões", informa.

Assim, o executivo entende que: "as PPPs, bem como outros arranjos contratuais que propiciem maior nível de transferência de risco para o privado como a locação de ativos, são modelos sem os quais as companhias estaduais não conseguiriam assegurar a celeridade e a efetividade necessárias para dar sequência nesse grande volume de investimento".

Benefícios e fomento de inovações

Sobre os benefícios que este modelo representa para a Embasa neste momento, o presidente destaca que toda e qualquer PPP na fase de estruturação na companhia precisa trazer premissas claras de benefícios para seu avanço, quais sejam: (1) antecipação de Capex, (2) amortização alongada dos investimentos, (3) eficiência operacional, e (4) fronteira ótima de escala de alcance da solução.

"Assim, categorizamos esses benefícios como premissas essenciais que devem ser obrigatoriamente trazidas pela PPP", diz. Ele salienta que há também outros benefícios de reforço que são categorias acessórias como:

(1) transferência de risco de captação e construção para o parceiro privado;

(2) remuneração do parceiro privado somente a partir da disponibilização da infraestrutura, combinado com a remuneração por performance operacional;

(3) incentivo ao uso de tecnologias mais eficientes; e

(4) possibilidade de análise comparativa e cooperação técnica entre a área de atuação da PPP com as áreas diretamente operadas pela Embasa.

No histórico de consolidação das perspectivas da empresa a partir das PPPs já formalizadas para a cobertura dos serviços e investimentos na Bahia, Leonardo Goés informa que a PPP do emissário submarino tem horizonte contratual até 2026 e já cumpriu o seu papel conforme esperado, uma vez que permitiu a Embasa a alcançar os níveis de universalização, de tratamento e de disposição adequados de esgoto na capital baiana – o que tornou Salvador a melhor capital do norte-nordeste em saneamento. "Ao mesmo tempo, estamos avaliando os impactos sobre a reversão desses ativos para nossa base operacional considerando os custos e as despesas; os gastos com investimentos de reposição e de ampliação; além da gestão operacional e ambiental. De posse dessa avaliação virá uma análise consistente de riscos-custos-benefícios que concretizará o processo de decisão futuro", destaca.

Para o futuro, Góes informa que estão estruturando uma PPP cujo escopo irá abranger a universalização do esgotamento sanitário e serviços comerciais para o município de Feira de Santana e outros 18 municípios da região, alcançando aproximadamente 900 mil pessoas. "O projeto em estruturação terá o valor total de R$ 3,9 bilhões, sendo R$ 1,2 bilhão em Capex e R$ 1,7 bilhão destinado à operação dos serviços", informa.

Nesse projeto, ele conta que a Embasa irá trazer algumas inovações na configuração contratual visando melhorar os mecanismos de incentivo, como a atualização de parcela do Capex pelo INCC, de modo a minimizar os riscos de variação de preços de investimentos para o parceiro privado; previsão de aportes vinculados à ante-

PPP da Sanepar: histórico bem-sucedido

A primeira PPP da Sanepar foi divulgada em junho de 2022, quando foi aberta consulta pública para o projeto. Em agosto, foi realizada audiência pública. No período de consulta, a Sanepar recebeu cerca de 500 contribuições que foram avaliadas e, em muitos casos, incorporadas ao processo de licitação.

Em janeiro de 2023, a Companhia fez reunião com prefeitos e representantes dos 16 municípios que serão atendidos pela PPP. Em 13 de abril, foi publicado o edital de Licitação Pública de Concorrência Internacional. Em maio, a Sanepar promoveu roadshows sobre a PPP em Curitiba e em São Paulo.

Os estudos de modelagem técnica, financeira e jurídica foram elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em conjunto com a equipe técnica da Sanepar.

No Ranking do Saneamento Básico brasileiro, divulgado pelo Instituto Trata Brasil em 2023, as maiores cidades paranaenses estão entre as 20 primeiras em saneamento: São José dos Pinhais (8º), Cascavel (10º), Ponta Grossa (11º), Maringá (14º), Curitiba (15º) e Londrina (19º).

cipação de entrega de novas ligações; e inclusão de serviços comerciais de combate a perdas visando assegurar ganhos de eficiência.

Segundo Goés, também já foram iniciados estudos para universalização de esgotamento sanitário em outras áreas do estado da Bahia, a partir do agrupamento de microrregiões de saneamento. "Isso visa permitir a criação de fronteiras ótimas de escala de prestação do serviço para viabilização de PPPs, e outros arranjos que promovam transferência de riscos de captação e construção para o privado como locações de ativos. Para este último, já temos três projetos à iminência de serem licitados na B3", aponta.

Para as demais companhias que visam atuar com base nesse modelo, Góes orienta: "com base nas lições aprendidas na gestão da primeira PPP de Saneamento do Brasil e na experiência na atual estruturação da PPP de Feira de Santana e região, elenco como os principais desafios: definição das premissas que devem nortear o processo de decisão de investimentos; alinhamento pleno com o poder concedente e o acionista majoritário da companhia; definição da matriz de risco da PPP e dos mecanismos de garantia para bancabilidade do projeto. Além disso, como se trata de um contrato de longo prazo, deve haver previsão de revisão contratual visando capturar situações omissas que possam surgir ao longo da vigência. Também destaco a definição dos critérios de reequilíbrio, compartilhamento de ganhos das partes e de monitoramento e controle do Value for Money; e comunicação assertiva do projeto com os empregados da companhia", detalha.

Somado a isso, Leonardo Goés salienta que deve ficar claro que o contrato de PPP é de parceria, logo é um contrato que representa uma espécie de jogo cooperativo cujas partes envolvidas devem ganhar com a relação, uma vez que compartilham interesses comuns.

Novas diretrizes

Dados divulgados sobre o mercado apontam que desde 2020, com a publicação da Lei 14.026/20, até agosto deste ano, já foram realizados 28 leilões, seja de contratos de concessão ou parcerias público-privadas em saneamento pelo Brasil, envolvendo R$ 98 bilhões em aportes previstos. Esses dados mostram que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para universalizar o acesso ao saneamento básico. No entanto, as PPPs podem ser uma ferramenta importante para acelerar esse processo.

Porém, muitos dos projetos de PPP estão fundamentados na legislação anterior à nova legislação, indicando que os esforços para ampliar o alcance do saneamento ambiental são prerrogativas das companhias públicas e privadas, uma vez que os contratos são complexos e desenvolvidos após um longo tempo de estruturação e quando chegam no estágio do leilão representam o resultado de um longo estudo e trabalhos para sua consolidação. Em abril deste ano, dados reunidos pela Aesbe mostram que as informações dos grandes projetos de PPPs, subconcessões e locação de ativos de companhias estaduais, juntos, somavam mais de R$ 24 bilhões.

Vislumbrando que é necessário unir esforços entre o setor público e o privado para se alcançar a universalização até 2033, muitas PPPs estão em andamento nas companhias associadas à Aesbe e agregando mais valor aos bons resultados obtidos no setor até o momento. "Ao longo dos anos, as companhias estaduais celebraram exitosos contratos de PPPs, que já demonstra há muito tempo ser uma ferramenta importante para chegarmos à universalização, mesmo antes da lei 14.026", enfatiza Neuri Freitas, presidente da Aesbe.

Além disso, Freitas reforça a necessidade de revisão da limitação para constituição de PPPs acima de 25% instituído pela nova lei. "Propomos o fortalecimento da conjugação do capital público e do capital privado, através das PPPs nos projetos de infraestrutura de saneamento básico em que esse modelo seja aplicável, no intuito de dar celeridade à execução dos investimentos necessários à universalização dos serviços", completa o executivo.

Dessa forma, a Aesbe reafirma que as readequações nos Decretos da Lei 14.026/2020 são necessárias e urgentes para que a universalização dos serviços de saneamento seja uma realidade em 2033. Publicados em julho passado, o Decreto 11.598/2023 estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos

Ao longo dos anos, as companhias estaduais celebraram exitosos contratos de PPPs, que já demonstra há muito tempo ser uma ferramenta importante para chegarmos à universalização, mesmo antes da lei 14.026."

Neuri Freitas,
presidente da Aesbe

prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário que detenham contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização. Já o decreto 11.599/2023 dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União.

As novas diretrizes estão sendo consideradas grandes oportunidades para as empresas públicas ampliarem suas ações. E nesse enfrentamento, as PPPs que estão em andamento nas companhias associadas à Aesbe, são prova de que é possível avançar significativamente na execução das ações necessárias para assegurar a prestação de serviços de saneamento de qualidade para toda a população.

Claudio Stabile, diretor-presidente da Sanepar

A experiência do Paraná: de olho no futuro e na modernidade

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) ampliou a contratação de Parcerias Público-Privadas depois do sucesso da primeira etapa que prevê a universalização do esgotamento sanitário para municípios da região Centro Litoral. As consultas públicas para a segunda fase vão até o início de outubro e visam a universalização do esgotamento sanitário nas regiões Oeste e Centro-Leste do Paraná, na modalidade de concessão administrativa para um período de aproximadamente 26 anos.

Nestas regiões, as PPP irão abranger 195 municípios com serviços de coleta e tratamento de esgoto para 90% da população até o ano de 2033, atendendo à meta estipulada pela nova legislação. Em todos esses municípios, a Sanepar já cumpre a meta de abastecimento de água para 100% da população urbana. A estimativa de investimentos é em torno de R$ 4,7 bilhões durante todo o período das concessões.

O governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, diz que PPP é um orgulho para o Paraná e um indicativo da mudança de paradigma. "Com isso, o governo mostra que é possível a iniciativa privada participar do serviço público. O Paraná está de olho no futuro e na modernidade. Aos 60 anos, a Sanepar é reconhecida, premiada e lucrativa. Estamos determinados a antecipar o atendimento à meta de universalização do novo marco do saneamento."

O diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile, destaca que este é um momento histórico para o estado do Paraná. "Trabalhamos para levar saúde pública e preventiva, evitando a doença. E recebemos a missão do governador de universalizar o esgotamento sanitário no estado. Estou certo de que chegaremos a esta meta antes do prazo legal. A PPP é fruto de dois anos e meio de muito trabalho. Tivemos apoio da FGV e da equipe técnica da Companhia, que é a melhor equipe de saneamento do país."

PRIMEIRA FASE - O leilão da primeira fase, ocorrido em julho, diz respeito ao serviço de esgotamento sanitário em 16 cidades do Paraná localizadas na região metropolitana de Curitiba e no Litoral, com investimentos estimados em R$ 1,2 bilhão. A proposta vencedora ofereceu desconto de 30,65% em relação ao valor máximo previsto em edital de R$ 4,60 o m3. Participaram da licitação internacional quatro proponentes.

A concessão dos serviços para o período de 24 anos prevê a universalização do esgotamento sanitário nesses municípios, para atender à meta de 90% estipulada pela lei 14.026. Os municípios são Almirante Tamandaré, Adrianópolis, Fazenda Rio Grande, Contenda, Piên, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Guaratuba, Mandirituba, Quitandinha, Campo Largo, Morretes, Rio Negro, Tijucas do Sul e Campo do Tenente.

Além das obras de implantação ou ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, a concessão abrange também a manutenção e a operação desses serviços. A Sanepar continuará responsável pelo atendimento ao público, pela operação dos sistemas de abastecimento de água e pelo relacionamento com o poder concedente municipal. As tarifas cobradas pelos serviços operados pela PPP serão as mesmas em todo o estado do Paraná.

ESPECIAL

MBA em PPPs e Concessões da FESPSP prepara companhias de saneamento para novas metas

Embasa e Sanepar investem na especialização de colaboradores para maiores taxas de ucesso dos projetos.

A agenda de cumprimento do Marco Legal do Saneamento tem revelado lacunas que ainda precisam ser preenchidas no setor. Uma delas é a falta de profissionais qualificados em parcerias público-privadas e concessões, o que será altamente demandado à medida que as empresas perceberem a necessidade desses mecanismos para atingir suas metas.

As companhias associadas à Aesbe passarão logo por este momento decisivo de captação de investimentos, e a capacitação pode ser o melhor caminho, segundo Carlos Nascimento, coordenador geral do MBA PPP e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

"Sabemos que não vai dar para fazer tudo com recursos públicos diretos, e as PPPs vão ser o principal mecanismo para alavancar investimento e dar conta das metas", explica. Para ele, o programa de especialização da FESPSP é um caminho certeiro para suprir este conhecimento técnico. "É preciso que as empresas tenham colaboradores e líderes capacitados para dominarem conceitos e práticas das PPPs e concessões. Isso pode ser o que vai decidir o futuro da empresa, além de permitir também dar cobertura para os municípios que não têm viabilidade econômico-financeira", completa.

Carlos Nascimento, coordenador geral do MBA PPP e Concessões da FESPSP

Programa de especialização é pioneiro no mundo

O MBA é a principal iniciativa de capacitação acadêmica e técnica do Brasil e do mundo na área de PPPs e concessões. A grade curricular perpassa todos os temas necessários a quem deseja ter o domínio em infraestrutura com esse enfoque.

A especialização aborda aspectos estratégicos e políticos do assunto e cobre todo o ciclo de vida de um projeto de infraestrutura. Um dos módulos, por exemplo, apresenta detalhadamente o planejamento e a priorização de projeto, estruturação de projetos e execução contratual.

O modelo do MBA é híbrido, permitindo flexibilidade ao aluno, e possui grandes expoentes do mercado no corpo docente. De acordo com Nascimento, os professores são os mesmos profissionais que "fazem as PPPs acontecerem no mundo real".

Outro atrativo é poder transformar o certificado de MBA em internacional, caso o profissional opte pelo módulo lecionado na University College London (UCL), que ocorre na capital inglesa por uma semana. A instituição está entre as 10 melhores do mundo.

Por fim, o projeto prático aplicado promove uma experiência real, possibilitando o contato com os processos de PPP e concessões ainda na sala de aula. O projeto final de conclusão de curso é realizado em grupo e em parceria com organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos.

Embasa aplica aprendizados do MBA

Estudos preliminares revelam que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) precisará investir R$ 22 bilhões até 2033 para alcançar suas metas. Parte disso será em obras públicas diretas, mediante licitação, e outra será viabilizada via contrato de PPP, transferindo para o privado o risco do financiamento, da construção e da operação por um período.

"Estamos aplicando na prática este conceito, pegando o estado todo da Bahia e fazendo uma matriz de priorização e definição de modelos de investimento, levando em consideração critérios variados", conta Marcela Lima, Diretora Financeira e Comercial

Marcela Lima, Diretora Financeira e Comercial da Embasa

da Embasa, que concluiu recentemente o MBA.

Segundo ela, a modelagem de PPP será adotada para acelerar a execução dos investimentos, fazendo com que a companhia consiga chegar do outro lado de forma mais rápida e eficiente. Lima ressalta que o módulo de planejamento do MBA, que disseca as etapas do processo elegível para PPP, ensina justamente a realizar a fase em que a Embasa se encontra no momento.

"Quando a gente faz o anteprojeto, define os requisitos da elegibilidade do projeto e faz análise preparatória desse planejamento, a gente define o que pode ser licitação e contrato de PPP. É para evitar taxas de insucesso, depois de todo o trabalho de estruturação e modelagem, que a gente chegue à conclusão de que não vale a pena. O planejamento garante a possibilidade maior de sucesso", explica.

Sanepar aposta em formação de pessoal

A Gerente de Convênios e Parcerias da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Marisa Capriglioni, também está apostando no aprofundamento do conhecimento para sua atuação nos projetos de PPP e concessões.

"O curso tem desempenhado um papel significativo na modelagem de Parcerias Público-Privadas na Sanepar, oferecendo um currículo abrangente, que aborda todos os aspectos das PPPs desde a legislação e regulamentações até os aspectos ambientais, financeiros e contratuais", conta Capriglioni, que diz ter agregado uma base mais sólida para estruturar os projetos.

Atualmente, cinco profissionais da companhia que trabalham diretamente na modelagem de serviços de esgotamento sanitário estão cursando a especialização. O módulo internacional, que inclui a análise de melhores práticas em PPPs no Reino Unido, auxiliou a Sanepar a entender o que funcionou bem em outros lugares e como essas lições podem ser aplicadas localmente.

"O curso enfatiza a importância de uma visão estratégica, o que é essencial para profissionais que modelam PPPs, pois esses acordos geralmente têm um impacto significativo a longo prazo nas finanças e infraestrutura de uma organização como a Sanepar. Para mim, em particular, a capacidade de negociação está sendo crucial para o desenvolvimento das modelagens e esta habilidade é enfatizada pelos professores ao longo dos módulos" finaliza Marisa Capriglioni.

Marisa Capriglioni, Gerente de Convênios e Parcerias da Sanepar

SEMINÁRIO NACIONAL
Aesbe 39 anos

ESPECIAL

Aesbe comemora 39 anos com tradicional Seminário Nacional, em Brasília

Em celebração ao aniversário da Aesbe, a edição de 2023 do Seminário Nacional da entidade será ainda mais abrangente e inovadora. O evento será realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), localizado em Brasília (DF) - o maior centro de convenções da América Latina, nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro. Este encontro anual constitui uma plataforma essencial para a interação e o diálogo entre os colaboradores das companhias associadas à entidade, bem como profissionais de outras associações do setor.

Neste ano, o Seminário Nacional da Aesbe se destaca por implementar novidades significativas. Uma delas é a criação de uma área exclusivamente reservada para expositores, proporcionando um ambiente propício para a apresentação de produtos, serviços e inovações. Além disso, a entidade vai realizar o lançamento do I Prêmio Nacional Universalizar na noite do dia 1° de dezembro, que tem como objetivo valorizar e estimular as companhias associadas à entidade que se destacam por desenvolver projetos inovadores e de alta qualidade. O Prêmio terá sua primeira edição em 2024.

O objetivo principal do Seminário é fomentar um ambiente propício para debates construtivos visando à universalização dos serviços de saneamento. Com uma participação estimada de 250 profissionais de todo o Brasil, o evento reunirá especialistas, autoridades e tomadores de decisão do setor, incluindo presidentes, diretores e colaboradores das 24 Companhias de Saneamento associadas à Aesbe.

O evento destina-se a uma audiência diversificada e especializada, incluindo presidentes, diretores e uma variedade de profissionais atuantes nas 24 Companhias de Saneamento filiadas à Aesbe. Também fazem parte do público-alvo colaboradores vinculados a outras associações relevantes do setor, bem como especialistas em saneamento e autoridades do campo. Este ano, o Seminário Nacional inova ao introduzir um espaço dedicado exclusivamente para expositores. Este ambiente será estrategicamente organizado para proporcionar suporte integral, assegurando que os expositores tenham todas as condições necessárias para estabelecer comunicação direta e impactante com os principais decisores das companhias estaduais de saneamento. É uma oportunidade ímpar de networking e troca de experiências, visando fortalecer parcerias e promover inovações no setor.

O Seminário Nacional da Aesbe se configura como uma plataforma inestimável para a troca de ideias, conhecimentos e experiências. Convidamos calorosamente todos os profissionais, entusiastas e interessados no setor a se inscreverem e participarem deste evento transformador. Sua presença é fundamental para enriquecer os debates e contribuir para a construção coletiva de um futuro mais sustentável e inclusivo no âmbito do saneamento. Não deixe de aproveitar esta oportunidade única de networking, aprendizado e colaboração.

29 e 30 de novembro e 1º de dezembro
Centro Internacional de Convenções do Brasil
Brasília (DF)

Mateus Casotti,
Coordenador da Câmara Técnica Jurídica da Aesbe e Coordenador Jurídico na CESAN

Câmara Técnica Jurídica da Aesbe analisa a importância do Tema 565

O referido tema consolidou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) o entendimento de que a legislação vigente permite a cobrança de tarifa de esgoto mesmo sem a conclusão de todas as etapas do serviço

No universo do saneamento brasileiro, a discussão sobre a cobrança de tarifa de esgoto sem a conclusão de todas as etapas do serviço tem gerado debates e decisões judiciais que repercutem em todo o setor. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou, por meio do Tema 565, o entendimento de que a atual legislação autoriza a cobrança de tarifa de esgoto mesmo sem a finalização de todas as etapas do serviço. A decisão está embasada na Lei nº 11.445/07, que prevê a cobrança de uma tarifa única, e não proporcional às etapas do serviço prestado, englobando coleta, afastamento e tratamento.

Em entrevista para a Revista Sanear, o Dr. Mateus Casotti, coordenador da Câmara Técnica Jurídica da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), busca elucidar as controvérsias envolvendo a cobrança de tarifas de esgoto sem a conclusão de todas as etapas do processo de tratamento.

Questionado sobre a importância do Tema 565, Mateus Casotti aponta que ele é central para a jurisprudência relacionada ao saneamento no país. "A consolidação deste tema pelo STJ deu a segurança jurídica necessária para manter o equilíbrio das prestações de serviço e contratos de concessão. Com sua definição, evitou-se desequilíbrios que poderiam resultar em devoluções bilionárias, impactando prestadores e, no final, os próprios usuários", declara.

Sobre a cobrança da tarifa de esgoto em situações específicas, como a operação de sistemas por meio de galerias de águas pluviais sem o tratamento final, Casotti enfatiza que "a operação de sistemas através destas galerias consiste na prestação de partes das atividades do esgotamento sanitário. Estas, inclusive, após a revisão do Marco do Saneamento, enquadram-se no novo artigo 3º-B da Lei 11.445/2007", explica.

No que se refere ao posicionamento da Câmara Técnica Jurídica, Casotti revela que "a CTJ entende que o tema 565 não merece revisão, e para debater e propor soluções montou um Grupo de Trabalho específico com advogados de diversas associadas", frisa.

Ao projetar o futuro da legislação e das decisões judiciais sobre a cobrança de tarifas de esgoto no Brasil, Casotti analisa o cenário com cautela e otimismo. "Espero que o Judiciário reconheça o momento histórico e a legislação atual, respeitando a regulação e a estruturação técnica do serviço de saneamento. Isso é vital para não comprometer a meta de universalização até 2033", salienta.

Em relação aos desafios, o coordenador da CTJ discorre sobre a importância da universalização dos serviços. "O principal desafio é a universalização até 2033. Cumprir as metas da nova legislação e as obrigações contratuais é fundamental. Porém, para alcançar isso, são necessários muitos recursos", conclui.

A atuação da Aesbe, por meio da CTJ, no debate sobre o Tema 565, demonstra o comprometimento da entidade em aprofundar e esclarecer questões jurídicas que influenciam diretamente o saneamento no Brasil.

A CTJ não apenas analisa, mas também busca soluções proativas, como a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico, que evidencia o esforço coletivo para adequar as práticas do setor às determinações judiciais. Este envolvimento ativo da Aesbe e da CTJ é fundamental para garantir que a jurisprudência caminhe lado a lado com os objetivos técnicos e operacionais do setor, assegurando a prestação de serviços de qualidade e a busca contínua pela universalização do saneamento até 2033.

PREPAREM-SE!

O 2º FÓRUM INTERNACIONAL UNIVERSALIZAR SERÁ REALIZADO EM **ABRIL DE 2024**, EM SALVADOR (BA).

Com a presença de autoridades, líderes e profissionais do setor de saneamento nacional, além de professores da University College London (UCL)

REALIZAÇÃO

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

FESPSP
90 ANOS
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

MBA SANEAMENTO AMBIENTAL

MBA PPP E CONCESSÕES

Setor de Saneamento tem agenda intensa de eventos. Confira!

O mundo está cada vez mais focado em encontrar soluções sustentáveis para os desafios do saneamento e do meio ambiente. Com o setor em foco, os próximos meses terão diversos eventos que prometem impulsionar essas discussões.

Com uma série de conferências e seminários marcados para os próximos meses, profissionais, acadêmicos e entusiastas do setor terão a oportunidade de se atualizar sobre as últimas tendências, compartilhar conhecimento e se engajar em discussões essenciais para a preservação do meio ambiente e o acesso universal ao saneamento básico.

Entre os destaques estão o Seminário Nacional da Aesbe e o "Fórum Universalizar – As pesquisas como instrumentos para a viabilização da universalização do saneamento".

Seminário Nacional da Aesbe

O Seminário acontecerá entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (ICB), o maior Centro de Convenções da América Latina, em Brasília (DF). A Aesbe realizará mais uma edição do seu tradicional Seminário Nacional em comemoração aos seus 39 anos.
A proposta visa a interação dos colaboradores das companhias associadas à Aesbe e das demais associações do setor, permitindo um ambiente adequado para o debate em prol da universalização do saneamento. O evento é destinado aos colaboradores das Companhias de Saneamento associadas à Aesbe e demais associações e entidades ligadas ao setor de saneamento.

29 de novembro e 1º de dezembro de 2023
Centro de Convenções da América Latina - Brasília - DF
www.aesbe.org.br

10º Seminário Nacional de Gestão de Perdas e eficiência Energética

O maior evento sobre o tema no Brasil, traz especialistas de diversas áreas do saneamento do país para compartilhar conhecimentos e experiências práticas para o enfrentamento das perdas de água e a busca de eficiência energética nos sistemas de abastecimento. A Palestra Magna será do secretário nacional de Saneamento, Leonardo Picciani. O Seminário é uma realização conjunta da Câmara Técnica de Gestão de Perdas e Eficiência Energética da ABES-SP e da Câmara Nacional da ABES para esta temática estratégica.

8 e 9 novembro de 2023
Plaza São Rafael Hotel - Porto Alegre - RS
www. seminarioperdas.com.br

XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos

A Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRhidro), com apoio institucional da Aesbe, promoverá o XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH), no período de 19 a 24 de novembro de 2023. Com o tema "Água e Sociedade: Resiliência, Inovação e Participação", o Simpósio abrangerá a área dos recursos hídricos nas mais diversas esferas, abordando desde planejamento e gestão, processos hidráulicos e hidrologia urbana até proteção de mananciais e recuperação ambiental de bacias, além de trazer para o debate as inovações e a participação da sociedade. A expectativa é de que o Simpósio reúna mais de três mil pessoas.

19 a 24 de novembro de 2023
Plaza São Rafael Hotel - Porto Alegre - RS
eventos.abrhidro.org.br/xxvsbrh

PNQS – Seminário de Benchmarking e Premiação

Promovido pela ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, o PNQS reconhece as empresas do setor que se distinguem pela boa gestão dos serviços de saneamento. O Prêmio baseia-se no Modelo de Excelência em Gestão ESG do Comitê Nacional da Qualidade ABES, alinhado aos melhores do mundo, e é uma iniciativa instituída para estimular a busca e a aplicação de boas práticas de gestão pelas organizações envolvidas com o setor de saneamento ambiental no País e captar e divulgar as práticas das organizações reconhecidas e promover eventos de capacitação gerencial para essas organizações.

19 a 21 de novembro de 2023
Atibaia – SP
www. pnqs.com.br/2023

1º Fórum Latino-Americano de Água

O evento é promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB e a Rede Latino Americana de Organismos de Bacias – RELOB, com o apoio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A iniciativa visa fortalecer o diálogo e a integração de processos decisórios e de governança sobre água e saneamento no âmbito dos países latino-americanos, nos contextos político, técnico e institucional, assim como estabelecer redes, interações e agendas de recursos hídricos que contribuam para o desenvolvimento sustentável na América Latina.

21 e 22 de novembro de 2023
Aracaju - SE
www.forolatinoamericanodelagua.org

5º Fórum Novo Marco do Saneamento – Novas Regras, Modelagens e Investimentos

O principal Fórum de Negócios sobre o Novo Marco do Saneamento será dia 23 de novembro, presencial em São Paulo, com o apoio institucional da Aesbe. O objetivo central do encontro será apresentar os principais impactos da regulação ao mercado, que prevê o estímulo de R$ 100 bilhões com o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
Durante o evento, vão ser debatidos os desafios atuais para atender à alta demanda nacional com atuação conjunta do setor privado e público; como se dará, de fato, a atração de investimentos, ganho de eficiência diante da regulamentação, política de subsídios e, principalmente, as diferentes modalidades de contratação dos serviços trazidas pelo novo marco.

23 de novembro de 2023
Hotel Grand Mercure Ibirapuera
Rua Sena Madureira, 1355, Ibirapuera – São Paulo

Benchmarking Internacional Resíduos Sólidos Portugal

A 16ª edição do Benchmarking Internacional Resíduos Sólidos Portugal acontecerá entre 08 e 17 de dezembro de 2023, com início no Porto e finalização em Lisboa. Promovido pela LAVORO, o evento proporciona networking e troca de conhecimentos para profissionais do setor, empresas e órgãos públicos brasileiros, durante seis dias, uma imersão na evolução do setor do ambiente em Portugal ao mesmo tempo em que os participantes desfrutam das belezas locais. Esta edição acontecerá na mesma semana em que se realiza o quinto encontro nacional de limpeza urbana (5º ENLU) no autódromo de Estoril em Cascais, de tal forma que o participante poderá conhecer de perto o estado da arte da limpeza pública em Portugal e no mundo pela voz e experiência dos seus protagonistas.

8 e 17 de dezembro de 2023
Portugal

XIX Fórum Ambiental Alta Paulista

A Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista e a Faculdade de Ciências e Engenharia - Câmpus de Tupã - FCE/UNESP convidam estudantes, pesquisadores, professores, profissionais, dentre outros, a contribuírem com trabalhos e reflexões sobre a temática ambiental, com o objetivo de promover a conscientização ambiental em todos os segmentos sociais. O evento, que acontecerá de 5 a 8 de dezembro de 2023, abordará temas relacionados a cidades sustentáveis e questões ambientais, e todas as atividades serão realizadas de forma online.

5 a 8 de dezembro de 2023
Online

ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

32 **CAER** - Companhia de Águas e Esgotos de Roraima

34 **CAERD** - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

36 **CAERN** - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

38 **CAESB** - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

40 **CAGECE** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

42 **CASAN** - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

44 **DESO** - Companhia de Saneamento de Sergipe

46 **EMBASA** - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

48 **SANEAGO** - Companhia Saneamento de Goiás

50 **SANESUL** - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul

CAER
Companhia de Águas e Esgotos de Roraima

Caer realiza oficina sobre saneamento básico com migrantes venezuelanos, em Roraima

Sensibilizar a população quanto à importância da água para vida; distribuição e disponibilidade no planeta; consequências do mau uso e desperdício; conservação dos mananciais; e a relevância do esgotamento sanitário e destinação correta dos resíduos sólidos faz parte das ações desenvolvidas pela Caer (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte), por meio do NMA (Núcleo de Meio Ambiente), que envolve uma série de atividades, incluindo a mobilização e reuniões em parceria com instituições governamentais e não-governamentais em todo o Estado de Roraima.

Uma iniciativa realizada em parceria com a ONG NRC (Conselho Norue-

guês para Refugiados) e instituições públicas do estado orienta a população venezuelana atendida nos oito assentamentos informais de refugiados e migrantes da capital sobre o descarte inadequado de resíduos sólidos e como eles podem ocasionar focos de doenças.

"O trabalho é desenvolvido por meio de oficinas educativas sobre hábitos saudáveis e reutilização de embalagens. Para evitar o desperdício da água, os imigrantes recebem orientações e informações sobre o manejo sustentável da água. As oficinas têm o objetivo de formar multiplicadores de atitudes colaboradoras com os recursos hídricos e o meio ambiente", explica a diretora de Engenharia, Tecnologia e Gestão Ambiental da Caer, Elizângela Rodrigues.

CARTILHAS PARA MIGRANTES

Em parceria com a Acnur (Agência da ONU para Refugiados), a Caer já lançou duas edições da Cartilha Socioambiental, com o tema "Água é Vida", em textos em português e espanhol, específica para este público e que trata sobre o uso sustentável da água, descarte correto do lixo e mudanças de hábitos que contribuem com o meio ambiente. O material faz parte do programa Rios Limpos, Sociedade Integrada.

E em junho de 2023, em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) e Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE-RR) lançou a cartilha "Perguntas e Respostas Sobre os Serviços de Água em Roraima".

A Cartilha foi elaborada em espanhol e tem como objetivo facilitar a comunicação entre os funcionários da Caer e os usuários migrantes e refugiados que utilizam os serviços de água e esgoto, além de responder às principais dúvidas e demandas das comunidades com relação à ligação e fornecimento de água, à ligação da rede de esgoto, às cobranças e outros serviços.

"Esta ação faz parte das prioridades do Unicef em fortalecer o acesso de refugiados e migrantes às políticas públicas, em diálogo com os órgãos públicos. Por isso, a construção da cartilha foi essencial para que os novos usuários dos serviços de água e esgoto possam entender seus direitos e deveres em relação a este acesso", afirma o oficial de Água, Saneamento e Higiene (Wash, na sigla em inglês) do Unicef em Roraima, Gabriel Maraslis.

COLABORADORES PARTICIPAM DE MINICURSO DE ESPANHOL

Como medidas para responder às barreiras linguísticas enfrentadas por refugiados e imigrantes no acesso a serviços públicos de saneamento, além da Cartilha, o Unicef e a Adra ofertaram para os funcionários da Caer um minicurso de língua espanhola baseado nas informações da cartilha informativa. O curso inclui um módulo sobre "Direito à água", dinâmicas de conversação e avaliação, com certificação de conclusão para todos os participantes.

Conforme Elizângela Rodrigues, a parceria é uma grande aliada para atender às demandas relacionadas ao atendimento com usuários que falam espanhol e que vai ampliar o acesso aos serviços da Companhia.

"As barreiras linguísticas têm grande impacto na qualidade do atendimento e nos custos da prestação de serviços de saneamento. Este tipo de dificuldade pode levar a uma comunicação ruim e comprometer os serviços prestados pela empresa. Além disso, pode interferir na taxa de resolução do problema e na qualidade da atenção oferecida", complementa.

CAERD
Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

No aniversário de 54 anos, Caerd destaca avanços em inovação e sustentabilidade nos últimos dois anos

Nos últimos dois anos, a empresa passou por uma notável transformação que está mudando a realidade de milhares de pessoas

Em setembro, a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd) completou 54 anos de criação. A data foi comemorada pela Diretoria Executiva e os empregados caerdianos. Nestas mais de cinco décadas, a estatal vem desempenhando um papel vital no fornecimento de água potável e saneamento básico para a população do Estado de Rondônia. No entanto, nos últimos dois anos, a empresa passou por uma notável transformação que está mudando a realidade de milhares de pessoas.

A gestão anterior enfrentou desafios significativos, incluindo uma frota sucateada e equipamentos obsoletos. Mas com a chegada da nova administração, a Companhia está reescrevendo sua história.

Um dos marcos dessa transformação foi o investimento na renovação da frota, que estava em condições precárias. Com o aporte do Governo de Rondônia, a Diretoria Executiva conseguiu adquirir novos conjuntos motobombas de água, garantindo um fornecimento mais estável e confiável para a população.

Além disso, a empresa se dedicou à modernização dos equipamentos, substituindo medidores antigos por novos em seu pátio de

hidrômetros. Tubulações desgastadas foram trocadas, e um estoque de materiais modernos e eficientes agora contribui para a redução das perdas e a melhoria na qualidade do serviço prestado.

A ampliação do abastecimento também foi uma prioridade nos últimos dois anos, com a perfuração de mais de 20 poços tubulares profundos em vários municípios, beneficiando famílias que antes não tinham acesso à água potável. Um exemplo é o município de Vale do Paraíso, onde agora a população desfruta de água tratada após oito anos de espera.

OBRAS DO PAC

As importantes obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC são empreendimentos muito aguardados pelos rondonienses, principalmente quando o Governo de Rondônia conseguiu em 2019, pelo bom relacionamento com o Governo Federal, destravar as obras paradas. Muitas estão em andamento e quando concluídas a Caerd assumirá a administração dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água.

Em Porto Velho e no distrito de União Bandeirantes os trabalhos estão bem avançados, assim como em Jaru e Ji-Paraná. Quando entregues beneficiarão centenas de famílias.

PINGO

Outro investimento da Companhia foi a criação do assistente virtual "Pingo". Uma inovação tecnológica que ajuda os clientes de maneira simples e intuitiva, quando precisam de algum serviço, sem a necessidade de comparecer a uma loja de atendimento da Caerd, fazendo uso do aplicativo ou no site da empresa.

Outra inovação da Companhia foi a implantação da Agência Virtual, na qual clientes com faturas atrasadas podem quitar as contas por meio de cartões de crédito, débito e Pix.

Para o presidente da Caerd, Cleverson Brancalhão, "realizar esses investimentos não tem sido uma tarefa fácil, mas é extremamente gratificante ver nossa empresa trabalhando com transparência em todas as ações, mostrando onde os recursos estão sendo aplicados. E o mais importante é que esses esforços estão gerando benefícios tangíveis para a população rondoniense, com mais acesso à água potável e saneamento básico, garantindo saúde e qualidade de vida", ressalta.

Em Porto Velho e no distrito de União Bandeirantes obras do PAC estão bem avançados

CAERN
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

Caern investe em obras para ampliar atendimento com esgotamento sanitário e abastecimento de água no RN

A cidade de Assú, no sertão potiguar, passou a contar com o serviço de esgoto em agosto de 2023

A cidade de Assú, localizada no sertão potiguar, passou a contar pela primeira vez com o serviço de esgotamento sanitário no mês de agosto de 2023. A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) está entregando os comunicados com as autorizações para ligação na rede convencional de esgoto. Em breve, a Companhia também vai operar o Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de São José de Mipibu, que fica na Região Metropolitana de Natal e a obra de setorização do abastecimento da cidade de Caraúbas, no sertão potiguar.

Em Assú, a primeira etapa da obra está beneficiando 508 imóveis. Já estão assentados 41 quilômetros de rede de esgoto e a estatal quer operar um total de 4.500 ligações em toda a Assú, após a conclusão da segunda etapa da obra que deverá ser licitada em breve. No total, serão investidos nas duas etapas um total de R$ 24,9 milhões, somados recursos provenientes de convênios do FGTS, contrapartida do Governo do Estado e recursos próprios.

O diretor-presidente da Caern Roberto Sérgio Linhares ressalta que a ativação do sistema de esgoto em Assú é importante para a saúde e a qualidade de vida da população, que ainda não contava com esse sistema na cidade. "O Governo do Estado, por meio da Caern, está levando um serviço essencial para a saúde das pessoas. Estamos fazendo história com essa obra que garante impactos positivos para a cidade em diversas áreas, não só na saúde, como também no social, econômico e no respeito ao meio ambiente", afirma.

A Estação Elevatória de Esgoto, no Centro de Assú, recebe os efluentes e faz o bombeamento para o tratamento. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) foi projetada para atender toda a zona urbana da cidade, inclusive em investimentos futuros, ela está preparada para receber os efluentes de todos os imóveis da cidade.

SÃO JOSÉ DO MIPIBU

A Companhia trabalha com a previsão de operar nos próximos meses as obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de São José de Mipibu, na Região Metropolitana de Natal. O empreendimento é fruto de um contrato de financiamento do Governo do Estado com o Ministério do Desenvolvimento Regional e conta também com recursos próprios da Companhia.

Os investimentos são da ordem de R$ 14,5 milhões e a obra deve beneficiar com melhoria na qualidade de vida uma população de 19.700 habitantes. Dentre os serviços realizados, destacam-se a execução de 17,5 quilômetros de redes coletoras de esgoto, 1,5 quilômetros de emissários, execução de uma Estação Elevatória de Esgotos e a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgotos.

CARAÚBAS

Localizada no sertão potiguar, Caraúbas receberá em breve obra que vai setorizar o abastecimento. A Caern irá colocar em funcionamento três reservatórios que vão distribuir a água de forma setorizada na cidade.

Foram investidos R$ 3,5 milhões, garantindo a entrada em operação dos reservatórios que vão armazenar água e distribuir para as diferentes regiões da cidade. A obra moderniza o sistema e otimiza a distribuição.

Para ativar o novo sistema, foram executados 9,5 quilômetros de rede de distribuição. Foram assentados mais de 4 quilômetros de adutora de água tratada e construída uma Estação de Elevatória de Água.

CAESB
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Qualidade dos serviços prestados pela Caesb é reconhecida pela população do DF

O percentual de satisfação com a continuidade do abastecimento de água (96,05%) e sua qualidade (97,55%) sustentam a imagem favorável da Companhia

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) obteve números de excelência na pesquisa de satisfação dos usuários de seus serviços. A pesquisa realizada pela Ouvidora da Companhia, no primeiro semestre deste ano, apontou que 90,16% dos entrevistados estão satisfeitos com a Empresa. Este percentual reflete a qualidade dos serviços prestados pela Caesb.

O percentual de satisfação com a continuidade do abastecimento de água (96,05%) e sua qualidade (97,55%) sustentam a imagem favorável da Companhia. Outro número que chama atenção é a satisfação do cliente com o sistema de esgotamento sanitário (82,18%).

Um dos pilares que apoiam esses números de satisfação dos usuários é o trabalho realizado pela Ouvidoria. A área atua em prol do contato facilitado entre os cidadãos e o Governo do Distrito Federal (GDF). Seu papel é resolver questões que envolvam sua área de competência, como falta de água, consumo de água medido, pedido de religação de água, reparo de vazamento de água e manutenção de rede de esgoto, entre outros.

A Caesb atende 99% da população do Distrito Federal com água tratada e 92,31% com coleta de esgoto, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado. Esta abrangência fez com que a Empresa atingisse em 2021, com 12 anos de antecedência, os níveis de universalização previstos na nova legislação do Saneamento Básico referentes aos atendimentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O Marco Legal determina aos prestadores desses serviços que – até 31 de dezembro de 2033 – 99% da população receba água potável e 90% tenham acesso a coleta e tratamento de esgotos.

Em média, a Ouvidoria da Caesb recebe 2.600 demandas mensais dos usuários dos serviços de saneamento prestados a mais de 3 milhões de habitantes do Distrito Federal. Dentre as solicitações, a Ouvidoria recepciona reclamações, sugestões, elogios e denúncias em segunda instância administrativa. Para registrar as demandas, o usuário pode acessar o formulário eletrônico de Ouvidoria no site, se dirigir presencialmente à Sede da Companhia ou pelo telefone.

A área também é o canal receptivo das demandas de diversos órgãos externos como o Instituto de Defesa do Consumi-

dor (Procon-DF); Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa); Ouvidoria Geral do GDF; Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF); Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e veículos de imprensa. A Ouvidoria atua, ainda, como Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), meio pelo qual qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar pedidos de informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal.

O ouvidor da Caesb, Eduardo Romualdo Soares, ocupa o cargo desde 2019 e, desde então, busca imprimir uma gestão focada na satisfação dos clientes e no fortalecimento da imagem da Companhia, pilares estratégicos da instituição. Para Eduardo, "a Ouvidoria da Caesb é uma entidade comprometida com a assertividade, qualidade e pontualidade. Através da assertividade, é possível entender a demanda do cidadão e fornecer uma resposta precisa. A qualidade é essencial para garantir que a resposta seja completa e esclarecedora. E a pontualidade é importante para garantir que o cidadão receba a resposta no menor tempo possível, demonstrando compromisso com a satisfação do cliente".

HIDRÔMETRO DE OURO

Com o objetivo de prestar reconhecimento às áreas internas da Caesb que obtiverem desempenho superior no atendimento às demandas de Ouvidoria, a área instituiu o Prêmio "Hidrômetro de Ouro". Os critérios são baseados na meta corporativa de respostas dentro do prazo – IRPR, como forma de incentivo à busca da excelência no relacionamento com o cliente.

Para a avaliação de resultados, há a classificação das áreas em três categorias: baixa demanda – correspondente às áreas demandadas ao menos uma vez ao mês. Para essa categoria, exige-se que as respostas sejam 100% no prazo; média demanda – áreas que recebem até dez demandas por mês, e com um percentual de respostas no prazo mais brando; e, por fim, as áreas com alta demanda – que recebem mais de 10 demandas por mês. Nesta categoria, o percentual de demandas respondidas no prazo deve ser 97%.

Já aconteceram duas edições do prêmio. A segunda, realizada recentemente, contou com engajamento dos empregados e da Alta Direção da Caesb, e abordou o tema "O Público-alvo é o nosso usuário, mas o ator principal é você". Qualidade, pontualidade e assertividade foram os critérios considerados para definir os vencedores desta edição. O evento também reconheceu os empregados e colaboradores que, individualmente, se destacaram no atendimento às demandas de clientes da Caesb.

CAGECE
Companhia de Água e Esgoto do Ceará

Ceará terá a maior usina de dessalinização para consumo humano da América Latina

Com um investimento total de R$ 3 bilhões ao longo dos próximos 30 anos, a iniciativa da Cagece contribuirá para a segurança hídrica de 720 mil pessoas.

Até 2026, o Estado do Ceará sediará a primeira usina de dessalinização deste porte no Brasil e a maior para consumo humano da América Latina, com capacidade de produção de mil litros de água potável por segundo. A Dessal do Ceará, iniciativa da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), tornará a água do mar própria para consumo, contribuindo para a segurança hídrica de 720 mil pessoas e conta com investimento total de R$ 3 bilhões ao longo dos próximos 30 anos.

A viabilidade do projeto foi confirmada por estudos de impactos ambientais e apresentada em audiência pública, que reuniu população, políticos, imprensa e órgãos afins. Agora, as próximas etapas incluem a obtenção da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI), que permite o início das obras. O consórcio Águas de Fortaleza será responsável por construir, manter e operar o projeto por três décadas.

O presidente da Cagece, Neuri Freitas, explicou que a iniciativa de dessalinização já é uma realidade em outros países, incluindo o Brasil. No caso da Dessal do Ceará, a ideia é diversificar a matriz hídrica do estado, que historicamente convive com períodos de seca. "Para abastecimento humano, essa vai ser a maior da América Latina. É um projeto bem ousado, inovador e necessário, pois a gente precisa abastecer a população", destaca.

Conforme Silvano Porto, coordenador do projeto da Planta de Dessalinização de Água Marinha do Ceará pela Cagece, o planejamento considerou as condições ambientais e sociais da Praia do Futuro, onde será instalada a usina. Uma das medidas foi a alteração no projeto para afastar a usina da região com cabos submarinos, seguindo a recomendação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Além disso, estudos foram realizados para que a instalação da planta seja feita com o mínimo de impacto para o meio ambiente e a população.

"Todos os cuidados estão sendo tomados tanto para a fase de obras, de implantação do empreendimento, como também durante sua fase de operação. O que vai restar para a população é um grande benefício de segurança hídrica para a região, que independe de chuvas e da incerteza que nós temos aqui no estado com relação ao inverno", explica.

CASAN
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Tratos pelo Saneamento evitam que 200 milhões de litros de esgoto sejam despejados no ambiente

O trabalho é executado em cinco cidades de Santa Catarina, nas quais cerca de 16 mil imóveis foram vistoriados nos primeiros seis meses deste ano para verificar a ligação ao Sistema de Esgoto da Casan

Com fiscalização e orientação técnica gratuita, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) evitou que no primeiro semestre de 2023 mais de 200 milhões de litros de esgoto fossem despejados no meio ambiente.

O trabalho é desenvolvido com os programas Trato pelo Saneamento, que estão sendo executados em cinco cidades de Santa Catarina: Florianópolis (Trato pela Lagoa e Trato pelo Capivari), São José (Trato pelo Araújo), Laguna (Trato por Laguna), Criciúma (Trato por Criciúma e Chapecó (Trato pelo Araújo).

Em todas essas cidades, aproximadamente 16 mil imóveis foram vistoriados nos primeiros seis meses deste ano, com o objetivo de verificar a ligação ao Sistema de Esgoto da Casan. Em quase 11 mil (68,7 por cento) foram identificadas irregularidades – e destes, 4 mil já providenciaram as adequações.

Os Tratos pelo Saneamento atuam a partir de uma abordagem que mescla vistorias, orientação técnica gratuita e ações educativas. O objetivo é combater a poluição decorrente do descarte irregular do esgoto, estimular a correta ligação aos sistemas da Casan, proteger o meio ambiente e promover a saúde pública e a qualidade de vida.

Os programas trabalham com o princípio de que a colaboração da sociedade é fundamental para a melhoria do saneamento e da saúde pública. Associando vistorias, orientação técnica gratuita e ações de educação ambiental, os Tratos auxiliam a Casan na missão de conscientizar e orientar a população a usar adequadamente a infraestrutura de esgoto implantada e operada nas cidades catarinenses.

TRATOS PELO SANEAMENTO EM NÚMEROS

Resultados de janeiro a julho de 2023

- Imóveis vistoriados: 15.971
- Imóveis com irregularidades: 10.984
- Imóveis regularizados: 4.087
- Ações Ambientais/educativas: 162
- Litros de esgoto que deixaram de ser indevidamente descartados: 202.094.226 litros

(Equivalente a aproximadamente 12.178,92 caminhões limpa-fossa com 1.500 litros cada)

DESO
Companhia de Saneamento de Sergipe

Deso inicia mapeamento de localidades que precisam combater furtos de água em Sergipe

A ação ocorrerá em regiões que apresentam maiores problemáticas relacionadas ao desvio de água, gerando o desabastecimento da população

Desvios de água são perdas gigantescas, e essas perdas consequentemente deixam o sistema vulnerável, fazendo com que a população não seja atendida de forma adequada. É esta a preocupação da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e todo o seu corpo técnico, que já está em planejamento avançado para coibir os furtos de águas em várias regiões do Estado. O diretor-presidente, Luciano Goes, junto com Carlos Anderson Pedreira, diretor de Manutenção e Operação da Deso; com Edime Medeiros, assessora Técnica Comercial e Financeira da Deso; e gerentes de várias unidades, estiveram reunidos para traçar, de forma precisa, o planejamento das localidades que precisam combater essas ações.

Com base no acordo de cooperação técnica, firmado em julho deste ano no município de Frei Paulo, durante o evento "Sergipe é Aqui", com a Secretaria de Segurança Pública – SSP, juntamente com o Governo do Estado, para prevenir e reprimir crimes que envolvem furtos de água e equipamentos, nas Estações de Tratamento, em Sergipe, as operações terão início nos próximos dias.

Para Luciano Goes, diretor-presidente da Deso, a expectativa é dar início às operações. "A reunião foi para iniciar os trabalhos e entender por quais regiões começaremos as ações e coibir os furtos de água, que tanto prejudicam o consumidor final, que são os nossos clientes, desabastecendo várias cidades. Estamos realizando um mapeamento para iniciar junto com a SSP, e assim facilitar o trabalho deles, que terão um direcionamento para as regiões mais problemáticas. É uma parceria que abrange as Polícias Civil e Militar e independente desse acordo, a SSP sempre foi participativa e realizou ações em favor da Deso", ressalta.

Para Carlos Anderson Pedreira, diretor de Manutenção e Operação, o

momento é de delimitar a área de atuação. "Após esse momento, alinharemos com a SSP para operacionalizar o acordo firmado. O resultado que esperamos é uma melhoria direta no abastecimento de água. Estamos confiantes que daremos seguimentos de forma a atender aos anseios de quem tanto precisa pelo interior do Estado. Já tivemos experiências como essa no passado, que foram bem-sucedidas, então esperamos melhorar cada vez mais. A ideia é que possamos atuar em vários pontos ao mesmo tempo e isso vai acontecer em qualquer lugar de Sergipe", diz.

AÇÕES

Moradores do Bairro Santa Maria recebem ação da Deso para novas ligações de água e cadastro no programa Tarifa Social.

A partir do momento que o cidadão se torna cliente, ele passa a ter uma conta de água, a ter direitos, além de trazer cidadania para a comunidade em que está inserido. Esse é um dos propósitos das ações que a Companhia de Saneamento de Sergipe – Deso leva para a população, por meio de equipes da Diretoria Comercial e Financeira, do Setor de Cadastro e atendimento social, com a instalação das novas ligações de água, após colocação de rede de abastecimento. Com esse intuito, moradores do Loteamento Paraíso do Sul, no bairro Santa Maria, em Aracaju, puderam participar de um mutirão referente a ligações de água e de cadastro no programa Tarifa Social, no dia 2 de setembro.

A Deso, enquanto empresa pública e que tem como missão garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a fim de oportunizar maior comodidade para a população local, fez o cadastro das ligações "in loco". Com essas ações a Companhia promove o direito de acesso à água potável e também contribui para a garantia do direito à cidadania, pois várias famílias ainda não possuem um comprovante de residência.

Para Aline Lima, coordenadora do Atendimento Social, a aceitação tem sido muito positiva. "As famílias estão procurando o cadastro e é importante aliarmos nossas ações com a Tarifa Social, especialmente nas comunidades com alto índice de vulnerabilidade social. As pessoas procuram o atendimento e preenchem o questionário socioeconômico com as informações básicas de sua condição socioeconômica e alguns critérios serão observados, como o de renda e de consumo de energia elétrica. O cenário no Santa Maria está acima da expectativa, pois temos observado uma grande procura pelo atendimento, então estamos bem satisfeitos com essa ação", comenta.

PROGRAMA TARIFA SOCIAL

"Inicialmente, as equipes de cadastro começaram a fazer o trabalho das vendas das ligações, mas por ser uma comunidade com alto índice de vulnerabilidade social, julgamos necessário aliar a Tarifa Social a esta ação para que a primeira fatura de água da família já tenha a possibilidade de ter o desconto dentro do programa. Então, as famílias que estiverem dentro dos critérios exigidos pela companhia para ter acesso ao benefício já terá sua primeira conta de água com aplicação de desconto", explica Aline.

O programa Tarifa Social é uma das atividades mais importantes da empresa, destinado a pessoas de baixa renda, que acontece por meio do cadastro do imóvel na categoria residencial social, compatível com o desconto nas tarifas de água e esgoto, de acordo com o consumo, limitado a 20m³, por um prazo de 24 meses, podendo este benefício ser renovado.

Para Maria Daniele da Silva, dona de casa, moradora do Loteamento Paraíso do Sul, a ação é bem-vinda para os populares, diante da falta de acesso à água. "Antes não tínhamos água nas nossas torneiras. Com essa visita da Deso, poderemos nos regularizar e a partir de agora termos água em casa. Nossa expectativa a partir de agora é que a situação vai mudar para melhor", acredita.

Para Elenita de Deus, dona de casa, moradora da região, há mais de duas décadas que o local precisa dessa regularização. "A ação da Deso está sendo maravilhosa. Era muito sofrimento e pouca água. Chegamos até a tentar cavar um poço comunitário. Além disso, estou aderindo ao programa Tarifa Social, com a ajuda da empresa. Quero agradecer a todos que vieram até o nosso bairro para melhorar a nossa situação", ressalta.

Para Priscila Hilário dos Santos, diarista, que reside no Santa Maria, a regularização traz benefícios. "Achei a ação bem positiva para os que querem estar regularizados, além dos descontos com o programa para a população de baixa renda, que vêm em momento de grande necessidade para minha família", finalizou.

EMBASA
Empresa Baiana de Águas e Saneamento

Embasa recebe prêmio em Londres por implantação de pagamento por Pix

Promovida pela revista Treasury Today, a honraria é uma das mais importantes do mundo na área de Tesouraria

Em cerimônia realizada em Londres, em junho deste ano, o presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Leonardo Góes, recebeu o troféu Adam Smith Awards 2023 pelo sistema que possibilitou o pagamento de contas de água e esgoto pelo Pix. A premiação, promovida pela revista Treasury Today, é uma das mais importantes do mundo na área de Tesouraria. A Embasa venceu na categoria Harnessing the Power of Technology (Aproveitando o Poder da Tecnologia).

"Estamos muito felizes em obter este reconhecimento internacional para o trabalho feito pela diretoria financeira

da Embasa, ao disponibilizar essa forma de pagamento tão prática para nossos clientes", comemora o presidente. "Ser premiado pela revista Treasury Today, junto a tantas empresas multinacionais, mostra que a Embasa está sintonizada com o que existe de mais avançado no mundo nessa área".

Além da praticidade, o pagamento por Pix agiliza a informação da quitação do débito no sistema comercial da empresa, permitindo, em cerca de 30 minutos, que o cliente solicite serviços como religação, informação de pagamento para evitar cortes, emissão de certidões de adimplência, entre outros.

O processo de implantação do pagamento por Pix em uma empresa que tem milhões de clientes, como a Embasa, exigiu um grande trabalho de pesquisa de alternativas e ajuste de ferramentas. "Foram muitas reuniões, com diversos bancos, até que chegássemos ao modelo ideal, em parceria com o Citibank", relata a diretora Financeira da Embasa, Marcela Lima. "A solução encontrada se mostrou excelente para o cliente e também para a empresa, pois o custo por transação é bem menor do que o pagamento tradicional".

Na foto, da esquerda para a direita, Leandro Quintal, diretor do Grupo Citi - Treasury & Trade Solutions - Vendas Brasil; e o presidente da Embasa, Leonardo Góes.

Atualmente, diversas empresas de porte semelhante têm procurado a Embasa para conhecer a experiência de implantação de pagamento por Pix, reconhecida internacionalmente na 16ª edição do prêmio Adam Smith Awards. Estabelecido como referência mundial na área de tesouraria, a premiação destaca iniciativas inovadoras com impacto significativo no ambiente de negócios. O nome homenageia o filósofo e economista Adam Smith (1723-1790), um dos mais importantes pensadores da economia moderna.

SANEAGO
Saneamento de Goiás S. A.

Barragem do Ribeirão João Leite, na Região Metropolitana de Goiânia, bate recorde de vertimento

O reservatório armazena 129 bilhões de litros de água e contribui para o abastecimento público de mais de 1,3 milhão de pessoas

A Barragem do Ribeirão João Leite registrou quase oito meses de vertimento ininterrupto – um total de 236 dias, de 19 de dezembro do ano passado a 12 de agosto deste ano. Este é o maior período registrado desde o primeiro vertimento de água sobre a barragem, em 2011. Este processo ocorre quando o nível da água ultrapassa a cota de 96%, referente a 749 metros, que corresponde à borda superior do vertedouro, projetado especificamente para este fim.

A Barragem armazena 129 bilhões de litros de água e contribui para o abastecimento público de mais de 1,3 milhão de pessoas. A água do Ribeirão João Leite é utilizada para abastecer 64% de Goiânia e está chegando a Aparecida de Goiânia, conforme as obras do Sistema de Linhões avançam.

A Saneamento de Goiás S. A. (Saneago) vem investindo em obras e melhorias operacionais, desde a captação de água nos mananciais até os hidrômetros dos clientes. Além disso, atua fortemente também no combate às perdas de água na distribuição, índice em que a Companhia é a melhor do País, com números atualizados de 25% em Goiás e 16% em Goiânia – enquanto a média nacional é de 40%. Menos água perdida na distribuição significa mais água na torneira dos clientes.

O recorde de vertimento mostra que os investimentos em recuperação das nascentes, conservação das matas ciliares e eficiência operacional trazem resultados benéficos, como um maior volume de água disponível na bacia por um maior período de tempo, mesmo na estiagem.

Embora seja apenas usuária da bacia, a Saneago entende a importância da preservação e da recuperação ambiental para garantir água em quantidade e qualidade para o abastecimento público. Por isso, é parceira em diversas ações ambientais conjuntas com Secretarias do Estado, Ministério Público, Prefeituras, produtores rurais e sociedade civil, entre outros, em 52 bacias hidrográficas.

RESULTADOS

O resultado deste compromisso ambiental é visto também nos demais mananciais de abastecimento público em Goiás. O Rio Meia Ponte, que abastece 36% da capital goiana, está no melhor nível desde 2017.

Em Anápolis, o principal manancial de abastecimento público é o Ribeirão Piancó, que está com a melhor vazão desde que foi iniciado o monitoramento, em 2021. Entre diversos outros exemplos nos municípios onde a Saneago opera.

Mesmo com o cenário melhor do que nos últimos anos, o período de estiagem demanda cautela. A Saneago conta com a campanha – A Água é de Todos, A Responsabilidade Também – que visa alertar a população sobre o consumo consciente da água, bem como o cuidado com o meio ambiente. Com slogan – Todo Mundo Junto, Fechou? –, a campanha deste ano faz uma chamada para a Saneago e a população, juntas, contribuírem com o bom uso da água.

SANESUL
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul

Investimentos da Sanesul impulsionam o desenvolvimento das cidades do Corredor Bioceânico em Mato Grosso do Sul

Impacto prevê crescimento das demandas por saúde, educação, saneamento básico, trabalho, logística e segurança

No âmbito das estratégias para a região do Corredor Bioceânico, o Plano de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul assume um papel de destaque com a meta ambiciosa de universalizar os serviços até 2031 e se entrelaça harmoniosamente com as iniciativas de infraestrutura, abrangendo os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para criar um cenário de desenvolvimento sustentável ao longo desse trajeto.

A diretoria da Sanesul (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) atesta que o governo estadual está proativamente buscando superar a meta estabelecida pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, com o objetivo ambicioso de assegurar a coleta e o tratamento de esgoto em todos os lares, abrangendo 68 das 79 cidades, onde a empresa é responsável pela concessão dos serviços públicos.

A meta do marco regulatório é 2033. "Hoje, a área de cobertura do serviço de esgotamento sanitário já chega a 61,75% no total dos municípios sob nossa responsabilidade. Em relação ao sistema de água, a cobertura chega a 100%", destaca o diretor-presidente da empresa, Renato Marcílio, observando que a universalização do sistema de esgoto é uma das prioridades da gestão municipalista do governador Eduardo Riedel e da diretoria da companhia, dentro do planejamento estabelecido.

Como força motriz da inovadora PPP (Parceria Público-Privada) que canalizou investimentos significativos para o aprimoramento do saneamento básico em Mato Grosso do Sul, o governador ressalta que o estado se tornou pioneiro na materialização dessa iniciativa alinhada com os regulamentos vigentes. Por meio da atuação eficiente da PPP, o estado saltou de uma cobertura de somente 36% para um impressionante patamar acima de 61%, englobando uma parcela substancial da população com serviços essenciais de saneamento.

Resultado da parceria notável entre a Sanesul e o Grupo Aegea, a Parceria Público-Privada gerou o nascimento da "Ambiental MS Pantanal", encarregada de executar o Plano de Saneamento Básico. Com pouco mais de dois anos de operação, um marco celebrado em maio passado, mais de cinco mil residências foram integradas à rede de esgoto, demonstrando a efetividade e o alcance dessa colaboração.

Para conectar as moradias ao sistema

de esgotamento sanitário, são executados serviços de desobstrução até as estações de tratamento, manutenção preventiva da rede coletora e estações elevatórias.

"São grandes investimentos que movimentam uma enorme cadeia da indústria pesada e serviços", observa Renato Marcílio, que tem atuado em parceria com as prefeituras e câmaras municipais no sentido de levar mais qualidade de vida à população dos municípios atendidos.

Para o governador Eduardo Riedel, que também intensifica a interlocução interna e bilateral com autoridades do Paraguai, Argentina e Chile na viabilização do Corredor Rodoviário Bioceânico, o Plano de Saneamento Básico ganha ritmo em um momento importante, pois os serviços de água e esgoto preparam as cidades que estarão interligadas à rota continental.

O papel transformador do saneamento básico se reflete de maneira significativa no avanço socioeconômico, na preservação da saúde pública e no equilíbrio ambiental. No cenário atual, sua importância se torna crucial para o aprimoramento da infraestrutura urbana nas áreas que se encontrarão diretamente influenciadas pelas obras e pelo fluxo decorrente do processo de integração abrangente - tanto física quanto econômica, social e cultural - do corredor logístico.

Traçando uma rota estratégica a partir de Três Lagoas, na fronteira com São Paulo, rumo ao Sudoeste através das BRs 060 e 267, encontra-se um cenário em que todas as cidades beneficiadas pela Sanesul ao longo dessa jornada estão intrinsecamente ligadas ao Corredor. Entre essas localidades estão: Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho. Além disso, Maracaju, Bonito e Caracol estão unidas por essa influência compartilhada.

RUMO À UNIVERSALIZAÇÃO

Entre as 68 localidades que recebem atendimento da Sanesul, 46 delas estão notavelmente à frente no que diz respeito à execução do Plano de Saneamento. Esses progressos são frutos de investimentos significativos no setor, englobando tanto

recursos financeiros próprios, por meio do Programa Avançar Cidades, como colaborações estabelecidas com parceiros institucionais.

No total, foram investidos mais de R$ 369 milhões em obras de água e esgoto nas unidades consumidoras dessas cidades inseridas na Rota Bioceânica, no período de 2015 a 2023, incluindo perfuração de poços, construção de reservatórios e ETA (Estação de Tratamento de Água), ligação de rede coletora e implantação de ETEs (Estação de Tratamento de Esgoto), entre outras obras complementares.

Somente em obras de esgoto durante esta gestão o investimento totaliza de R$ 94.685.342,97, conforme levantamento divulgado pela ADEMAM (Assessoria da Diretoria de Meio Ambiente), da Sanesul.

Entre as cidades da Rota Bioceânica, Três Lagoas, por exemplo, tem 99% de área de cobertura do esgoto, o que pela nova legislação o sistema já é considerado universalizado. Lá, a Sanesul investiu, só na área de esgoto, mais de R$ 111,5 milhões de 2015 até agora, dos quais, R$ 45.161.037,57 somente em 2023.

A cidade turística de Bonito, onde a companhia investiu nesse mesmo período R$ 3.867.619,75 no sistema de esgotamento sanitário, conta atualmente com 96,22% da área de cobertura do esgoto. Só neste ano, os recursos somam R$ 987.532,78.

Igualmente com forte vocação turística, Porto Murtinho atingiu o índice de 92,21% da área coberta. O sistema de abastecimento de água teve R$ 10,8 milhões em obras até agora em 2023.

Impulsionada pelo novo cenário econômico e populacional a partir da chegada da Suzano Papel e Celulose, uma das maiores fábricas de celulose do mundo, Ribas do Rio Pardo, tem 83,70% de cobertura do esgoto. De 2015 até agora as obras somam mais de R$ 6,1 milhões, dos quais, R$ 967.371,00 neste ano.

SEGURANÇA HÍDRICA

Além de concretizar a universalização dos serviços de abastecimento de água, a Sanesul assume o compromisso inabalável de garantir a segurança hídrica em todas as comunidades. Desta maneira, a empresa continua empenhada na criação de novos poços de captação nos locais necessários, proporcionando, assim, uma reserva do recurso sólida e sustentável.

Os investimentos no sistema de água já passam de R$ 120 milhões, dos quais, R$ 47,2 milhões somente na atual gestão.

Os serviços incluem construção, ampliação, melhorias e reabilitação de ETAs (Estações de Tratamento de Água).

ROTA BIOCEÂNICA

O planejamento para as obras da rota começou em 2021. No ano seguinte, a pon-

SANESUL
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul

te, que ligará Porto Murtinho à cidade paraguaia de Porto Camelo, começou a ser construída. Ela deverá ficar pronta no 1° semestre de 2025, segundo projeção do Governo do Estado.

Importante para o desenvolvimento socioeconômico, o saneamento básico está intrinsecamente ligado à qualidade de vida, por ter reflexo imediato nos indicadores de saúde.

Entre outras relações, o saneamento básico interfere nas cotações do mercado imobiliário, no fluxo de turistas, no trabalho e na educação. Tanto na fase de obras quanto na manutenção, o sistema de esgoto também movimenta os elos de uma enorme cadeia da indústria, do comércio e dos serviços.

O corredor rodoviário continental que liga Mato Grosso do Sul e grande parte do Brasil aos portos do Chile será uma via de integração, desenvolvimento e crescimento econômico em todas as regiões do percurso e sob sua influência.

Vários municípios estarão interligados ao corredor, que vai encurtar em mais de 9,7 mil quilômetros de rota marítima à distância para a Ásia. Esse ganho logístico representa incremento de competitividade para os produtos sul-mato-grossenses e brasileiros. Além disso, a rota possibilita o incremento da comercialização entre os quatro países por onde passa: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, além de promover a integração cultural e o turismo.

No Brasil, são 1.519 quilômetros, sendo 1.089 de Santos a Campo Grande e 430 da capital sul-mato-grossense a Porto Murtinho. Depois do trecho em território de Mato Grosso do Sul, o corredor adentra o Paraguai, numa extensão de 559 quilômetros. Na Argentina, a rota tem 977 quilômetros. Após cruzar a Cordilheira dos Andes, passar pelo Deserto do Atacama, chegando a San Pedro do Atacama, pode-se optar por descer aos portos de Antofagasta ou subir até os portos de Iquique. No território chileno, o corredor tem um percurso de aproximadamente 30 quilômetros.

COMPETITIVIDADE

Estudo da EPL (Empresa de Planejamento e Logística) e do Ministério das Relações Exteriores aponta que o Corredor provocará uma série de impactos na logística regional, como: estimular a formação de novos fluxos de comércio e investimento; redução dos custos de transporte e de logística, elevando a competitividade e permitindo o acesso a regiões de crescente poder aquisitivo ou ampla oferta de insumos e estímulo a exploração da multimodalidade e a melhoria das vias hidroviária, ferroviária e aérea.

Estudo mostra ainda que o corredor oferecerá diversas oportunidades para o Mato Grosso do Sul, como o aumento da competitividade dos produtos, aprofundamento das relações entre os países; possibilidade da exploração do potencial exportador de outros produtos produzidos pelo estado, em especial da agricultura familiar, melhoria na infraestrutura de cada região envolvida, recebimento de novos investimentos públicos e privados; geração de novos empregos; aumento da arrecadação dos municípios por onde o corredor passa em razão da maior demanda por produtos e serviços e incremento no turismo.

Dentre as esferas e setores que podem colher vantagens substanciais da rota bioceânica, merecem destaque a indústria de carne e o setor de turismo. As cidades que servirão como pólos, conhecidas como cidades eixo, estão na posição privilegiada de receber um influxo significativo de turistas e, portanto, devem estar prontas para oferecer um serviço de qualidade a esses visitantes.

Entre elas estão, Campo Grande e Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, Mariscal Estigarribia, no Paraguai, San Salvador de Jujuy e Salta, na Argentina, e San Pedro do Atacama, Iquique e Antofagasta, no Chile.

SEMINÁRIO NACIONAL

AESBE 39 ANOS

A Aesbe realizará mais uma edição do seu tradicional **Seminário Nacional** em comemoração ao aniversário da entidade.

29 e 30 DE NOVEMBRO
e 1 DE DEZEMBRO

EVENTO PRESENCIAL

CICB - BRASÍLIA (DF)

Não perca o evento da maior entidade representativa do setor de saneamento

VENHA FAZER PARTE!

Confira a programação no QRcode

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

A ameaça invisível dos microplásticos e a importante atuação das companhias estaduais de saneamento no combate a este poluente moderno

No universo da preocupação ambiental, os microplásticos emergem como um dos principais vilões da era contemporânea. Estas minúsculas partículas de plástico, que variam de 1 a 5 milímetros de tamanho, podem parecer inofensivas à primeira vista, mas representam um risco crescente para os ecossistemas marinhos e, consequentemente, para a saúde humana

A produção de plástico explodiu nas últimas décadas, alimentada por seu baixo custo e resistência, propriedades que fizeram dele um material de escolha em inúmeras aplicações. E enquanto muitos consumidores estão cientes dos problemas associados ao descarte incorreto de produtos plásticos, como garrafas PET e sacolas de supermercado, muitos não se dão conta da ameaça apresentada pelos microplásticos.

Nos últimos anos, a produção de plástico disparou, com polímeros como polipropileno, polietileno, PVC, poliestireno e PET dominando quase 90% da demanda global. Esta popularidade tem um preço: a contaminação do meio ambiente por microplásticos. Seja por meio da lavagem de roupas, seja por liberação no ar ou produtos de higiene, estas partículas acabam entrando em nossos sistemas hídricos. Estes fragmentos minúsculos têm uma variedade de fontes. Podem vir de roupas feitas de fibras sintéticas, como o poliéster, que liberam microplásticos durante a lavagem. Produtos cosméticos e de higiene, como esfoliantes, também são culpados, derramando microplásticos na rede de esgoto toda vez que são usados.

Dada sua magnitude, este problema cruza com outros setores, como o de saneamento. Muitas Estações de Tratamento de Água (ETAs) não estão equipadas para filtrar microplásticos, que são frequentemente muito pequenos para serem capturados pelos sistemas de filtragem convencionais. Como resultado, essas partículas muitas vezes acabam nos rios e oceanos, contribuindo para a poluição e entrando na cadeia alimentar.

Ao adotar tecnologias de tratamento mais avançadas e promover a conscientização sobre a questão dos microplásticos, as companhias estaduais de saneamento desempenham um papel crucial. Além disso, campanhas de sensibilização promovidas por estas empresas são fundamentais para a redução da demanda por produtos que contribuem para o problema dos microplásticos. Informando o público sobre os perigos dessas partículas e incentivando práticas mais sustentáveis, ajudam a reduzir a quantidade de microplásticos que entram no ambiente.

Além de causar poluição nos oceanos e rios, os microplásticos têm inúmeros efeitos negativos, desde causar poluição química, retardar o crescimento das plantas, apresentar riscos para a vida animal até entrar na dieta humana. Entretanto, há maneiras de combater esta ameaça. Medidas como a diminuição do consumo de plásticos, a reciclagem, a reutilização e o apoio a produtos eco-friendly podem fazer uma diferença significativa. A responsabilidade não está apenas nas mãos das autoridades ou das empresas de saneamento; é uma causa que deve ser de toda a população.

Nesse cenário, as companhias estaduais de saneamento têm um papel essencial, pois são responsáveis pela gestão e tratamento de água e esgoto em diversas regiões do país, e podem ser a primeira linha de defesa contra a contaminação por microplásticos. A Aesbe, entendendo a gravidade desta situação, convida a sociedade para aumentar a conscientização sobre o valor da proteção dos recursos naturais.

Os microplásticos são uma ameaça silenciosa, mas muito real, ao nosso planeta. Enquanto a sociedade precisa se mobilizar para reduzir o consumo e descarte inadequado de plásticos, o setor de saneamento, representado pelas companhias estaduais, tem uma responsabilidade imensa no combate à disseminação dessas partículas. O trabalho deve ser conjunto, com o objetivo de garantir um futuro viável e sustentável.

OPINIÃO

SERGIO ANTONIO GONÇALVES

Mestre em Saúde Pública na área de estudo da Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento (Fiocruz), engenheiro civil e bacharel em Química, secretário executivo da Aesbe.

O Novo PAC Saneamento: uma possível resposta à necessidade de investimentos no setor

Antes de abordar o Novo PAC Saneamento, uma breve reflexão sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), PAC1 e PAC2, pode nos ajudar no enfrentamento dos - não tão novos desafios que estão atrelados à universalização dos serviços (Lei nº 11.445 de 2007 e suas alterações feitas pela Lei nº 14.026 de 2020).

Nos idos de 2007, logo após a promulgação da Lei nº 11.445, deu-se o início efetivo das negociações com os entes federados para implementação do PAC, onde para ambos foram utilizados recursos financeiros do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), respectivamente administrados pelos bancos públicos Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O PAC Saneamento estava no contexto da infraestrutura urbana e social.

Para o fortalecimento dos instrumentos da Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), procurou-se associar a liberação destes recursos à obrigatoriedade da implantação de alguns instrumentos disposto na Lei. Assim, no ato das contratações foi definido que os titulares quando não estivessem exercendo diretamente o seu papel de provedores, deveriam estar regularizados junto aos seus prestadores de serviços, (empresas privadas ou Companhias Estaduais de Saneamento Básico — CESBs) quanto às suas respectivas concessões ou contratos de gestão associada, assim como dispor de instrumentos de regulação de planejamento e de controle social. Caso qualquer dos instrumentos não estivesse instituído, as partes seriam obrigadas a assinar termos de compromisso para a regularização da situação até o prazo final dos desembolsos financeiros previstos nos contratos.

Relembrando que desde a extinção do Planasa - Plano Nacional de Saneamento que em 1986 que foi extinto junto com o BNH, a LNSB e o PAC foram os grandes impulsionadores de investimentos e reorganização institucional do setor.

Conforme se pode verificar na Tabela 1, abaixo, nos períodos do PAC1 (2007-2010) e do PAC2 previsto para o período de (2011–2014) foram comprometidos recursos da União, entre o Orçamento Geral da União (não onerosos) e empréstimos (onerosos), valores na ordem de R$ 98,4 bilhões correntes, o que representa um investimento anual em média de R$ 12,3 bilhões.

Tabela 1 - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos)

ANO	Comprometidos (R$ 1,00)			Desembolsados (R$ 1,00)		
	EMPRÉSTIMO	OGU	TOTAL	EMPRÉSTIMO	OGU	TOTAL
2003	1.668.985.322	551.538.774	2.220.524.096	119.025.438	619.662.218	738.687.656
2004	2.857.529.020	1.103.793.780	3.961.322.800	329.572.192	704.576.107	1.034.148.299
2005	53.856.563	2.004.748.837	2.058.605.400	575.091.371	799.186.509	1.374.277.880
2006	1.823.215.881	2.451.828.883	4.275.044.764	1.734.863.875	1.430.599.979	3.165.463.854
2007	5.304.435.865	4.940.512.277	10.244.948.142	1.718.163.800	1.810.617.262	3.528.781.062
2008	6.225.356.186	5.971.220.658	12.196.576.844	2.209.028.968	3.446.691.212	5.655.720.180
2009	3.169.811.384	6.582.218.013	9.752.029.397	3.257.138.218	3.547.356.343	6.804.494.561
2010	5.618.966.759	4.561.320.179	10.180.286.938	3.158.562.189	3.239.071.924	6.397.634.113
2011	2.759.731.082	4.244.206.669	7.003.937.751	3.580.839.547	3.688.809.817	7.269.649.364
2012	4.108.387.112	8.951.499.846	13.059.886.958	3.086.752.707	5.899.863.729	8.986.616.436
2013	7.907.565.318	10.508.292.332	18.415.857.650	3.877.969.695	6.432.556.659	10.310.526.354
2014	9.475.758.242	8.133.531.193	17.609.289.435	4.482.648.252	6.909.224.974	11.391.873.226
2015	3.997.334.545	5.348.190.710	9.345.525.255	5.195.839.004	6.129.951.757	11.325.790.761
Total	54.970.933.279	65.352.902.151	120.323.835.430	33.325.495.256	44.658.168.490	77.983.663.746

Fonte: Apresentação Casa Civil da Presidência da República (novembro/2016). Dados fornecidos pelo Ministério das Cidades e reproduzidos no livro sobre saneamento ePub[2]

Deve-se observar que do montante de recursos financeiros comprometidos no período de 2007 a 2014, pouco mais de R$ 98,4 bilhões em valores históricos, aproximadamente R$ 60,3 bilhões haviam sido efetivamente desembolsados, significando 61,3% do total até novembro de 2016.

Estes dados devem ser estudados e avaliados, pois ajudam a conhecer as potencialidades e os entraves para que os recursos sejam aplicados com mais rapidez e efetividade.

Apesar do volume expressivo de investimentos aplicados no período entre 2003–2015, principalmente a partir do PAC, iniciado em 2007, os indicadores da prestação dos serviços de saneamento não apresentaram uma evolução plenamente favorável em termos de cobertura – dados históricos do SNIS .

No componente esgotamento sanitário, tema muito destacado em âmbito nacional, os avanços foram maiores, o que é observado na tabela 2 com algumas considerações.

Tabela 2 – Índices de atendimento de coleta de esgotos população urbana Indicador (IN024)

Região	Índice de atendimento de coleta de esgoto população urbana (%) - 2007	Índice de atendimento de coleta de esgoto população urbana (%) - 2017	Diferença entre os (%) dos anos de 2007 e 2017
Norte	6,2	13,0	6,8
Nordeste	25,4	34,8	9,4
Sudeste	70,8	83,2	12,4
Sul	37,2	50,6	13,4
Centro-Oeste	48,4	59,5	11,1
BRASIL	49,1	60,2	11,1

Fonte: BRASIL (2009; 2019)

Acerca do índice de atendimento de coleta, por rede de esgoto para população urbana, quando se comparam os resultados para os anos de 2007 e de 2017, observa-se que ocorreu um aumento no atendimento com uma elevação de 11,1%, sendo que o maior percentual de ampliação de cobertura foi localizado na Região Sul com 13,4%. Observa-se, também, que embora a Região Norte tenha apresentado, quando comparada às demais, o menor percentual de crescimento (6,82%), a evolução deste índice entre 2007 e 2017 na própria região, foi de 109,7%.

A Tabela 3, a seguir, apresenta os índices de tratamento de esgotos gerados na média nacional e regional para os anos de 2007 e 2017.

Tabela 3 – Índices de atendimento de tratamento de esgotos gerados Indicador (IN046)

Região	Índice de tratamento de esgotos gerados (%) - 2007	Índice de tratamento de esgotos gerados (%) - 2017	Diferença entre os (%) dos anos de 2007 e 2017
Norte	9,6	22,6	13,0
Nordeste	29,8	34,7	4,9
Sudeste	33,8	50,4	16,6
Sul	29,5	44,9	15,4
Centro-Oeste	41,8	52,0	10,2
BRASIL	32,5	46,0	13,5

Fonte: BRASIL (2009; 2019)

Novo PAC

Agora, com o "Novo PAC" , lançado em agosto deste ano de 2023, o setor de saneamento renova as expectativas de um ciclo virtuoso que desejamos seja mais perene e que com o aprendizado dos anteriores seja muito mais efetivo e inclusivo não só para o saneamento.

Cabe mencionar que, além dos Eixos e Subeixos, os empreendimentos do Novo PAC são também classificados segundo Modalidades e Tipo, como também, classificados como "Obra", "Projeto" ou "Estudo", sendo majoritária a presença de obras.

Segundo dados do governo federal, o Novo PAC vai investir R$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R$ 1,4 trilhão até 2026 e R$ 320,5 bilhões após 2026. O Programa sustenta que os investimentos têm compromissos com a transição ecológica, com a neoindustrialização, com o crescimento do País e a geração de empregos de forma sustentável.

Tabela 4 – Distribuição de recursos financeiros para o período

R$1,7Tri	R$1,4Tri	R$0,3Tri
Investimento	2023 a 2026	Pós 2026

Eixos de investimento

Figura 1: Eixos de investimento

A seguir, seguem alguns dados do PAC para o saneamento.

Eixo Água Para Todos

Tabela 5 – Valores dos investimentos do Eixo Água Para Todos

R$31Bi	R$26,1Bi	R$4,9 Bi
Investimento	2023 a 2026	Pós 2026

Tabela 6 – Subeixo Abastecimento de Água

R$11,7Bi	R$10,4Bi	R$1,3Bi
Investimento	2023 a 2026	Pós 2026

Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes

Tabela 7 – Valores dos investimentos do Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes

R$609,7Bi	R$557,1Bi	R$52,6Bi
Investimento	2023 a 2026	Pós 2026

Tabela 8 - Subeixo Esgotamento Sanitário

R$26,8Bi	R$24Bi	R$52,6Bi
Investimento	2023 a 2026	Pós 2026

Na minha visão, quando existem políticas públicas consistentes e perenes os resultados aparecem. As dificuldades que devem ser enfrentadas de forma resolutiva, parte delas, são inerentes aos serviços de infraestrutura que demandam energia e tempo. Assim, quando são interrompidas, a desmobilização, dispersão e paralisação dos programas e das obras trazem um custo ao Brasil muito elevado, além de postergar os serviços para a população que mais necessita, destacando as populações vulneráveis.

Quanto aos desafios da Universalização dos serviços de saneamento, destaco que é tão grande quanto é grande o nosso país e que para desafios complexos não teremos resoluções simples, vide a ausência de planejamento urbano. Mas, sim, teremos que simplificar métodos e formas de gestão para atendermos as populações vulneráveis, que estão principalmente em áreas de risco, em assentamentos subnormais, favelas, como também, pelas especificidades terão que ter tecnologias e formas compatíveis para atendermos as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, rurais e rurais dispersas.

"Sair da caixinha e ousar com saneamento de qualidade é o principal desafio, incorporando, cada vez mais, uma visão holística com práticas que se utilizem da multidisciplinaridade de profissionais e de temas que envolvem a universalização".

[1] Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

[2] Gonçalves, Sergio Antonio. A Política Pública de Saneamento no Brasil: da Lei 11.445/2007 aos movimentos político-institucionais até a sua revisão. ISBN 978-65-00-13672-2. Edição Primeira – ePub, 113p. 2020.

[3] O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) foi criado em 1996 no âmbito do Governo Federal, coletando dados de água e esgoto.

[4] Novo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, tendo como fonte de informações o canal do Programa na internet, administrado pela Casa Civil da Presidência da República, no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/casacivil/novopac, em pesquisa realizada no dia 27/08/2023.w

serasa limpa nome
PARCEIROS

A MAIOR PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DO PAÍS

Receba os **débitos em atraso** de seus clientes.

+100M BRASILEIROS COM **CONTAS VENCIDAS**.

+80M DE **ACORDOS FECHADOS**.

+25M DE PESSOAS QUE **JÁ NEGOCIARAM**.

SEM CUSTO DE BOLETOS & **SEM TAXA** DE ADESÃO

Para mais informações, entre em contato com:
novosnegociosecs@br.experian.com

APAREÇA NA PRINCIPAL PUBLICAÇÃO DO SANEAMENTO NO PAÍS

Entrevistas com especialistas, parlamentares, dirigentes de empresas de saneamento e mais.

Distribuição para empresários, deputados, senadores e **dirigentes do setor**.

A cada três meses **uma nova edição.**

10 mil exemplares impressos.

ANUNCIE

Solicite o mídia kit: 61 3022-9600
Aesbe.org.br
comunicacao@aesbe.org.br

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento
Saneamento forte para todos